

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Luciana Kelly de Andrade

**OS TRATADOS DE PAZ ENTRE INDÍGEAS E
PORTUGUESES AO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO
RIO GRANDE**

**Natal/ RN
2007**

LUCIANA KELLY DE ANDRADE

**OS TRATADOS DE PAZ ENTRE INDÍGENAS E
PORTUGUESES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO
RIO GRANDE**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II do curso de História, sob a orientação da Prof.^a Dr. Fátima Martins Lopes, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal/ RN
2007

*Aos meus pais, Lucila e Agnaldo.
Aos meus irmãos, Jorge, Júnior,
e João.*

AGRADECIMENTOS

Dedico os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram me incentivando e oferecendo subsídios, assim como conselhos valorosos para que eu conseguisse desenvolver esta pesquisa. Em primeiro lugar agradeço a Deus por sempre me acompanhar em todas as horas da minha vida.

Aos meus amados pais, Lucila e Agnaldo que me apoiaram, não somente durante os meses em que me dediquei a esta pesquisa, mas também longo de toda a minha vida.

À minha orientadora Fátima Martins Lopes, que se mostrou sempre atenciosa e disposta a me oferecer as orientações necessárias para que eu conseguisse desenvolver ~~X~~ deste trabalho monográfico.

À professora Aurinete Girão, por me ajudar na revisão das normas técnicas deste trabalho monográfico.

~~X~~ À todos os amigos queridos, colegas de faculdade e trabalho e em especial à Andréia, Américo, Cristiane, Eliezer, Elizângela, Patrícia, Suerda, Thaisa. Enfim todos aqueles que me ofereceram força de incentivos, por dividirem comigo alegrias e tristezas, e que são sem dúvida amizades que conservarei por toda a minha vida.

Não poderiam esquecer dos meus queridos alunos, por sempre me transmitirem a sua alegria contagiante, e dessa me darem forças para continuar me esforçando para que eu seja uma boa profissional na minha docência.

Obrigada a todos aqueles que não citei aqui, mas que sem dúvida não foram esquecidos.

Obrigada a todos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – EUROPEUS E POTIGUARA: PRIMEIRAS ALIANÇAS	
1.1 Primeiras alianças de paz estabelecidas entre os europeus e nativos	10
1.2 Porque foram necessárias estas alianças?	15
CAPÍTULO II - COLONIZADORES X TAPUIAS: CONFLITOS E RENDIÇÃO INDÍGENA.	
2.1 Processo de interiorização das capitanias do Norte	20
2.2 Conflitos existentes entre os tapuias e colonos portugueses	23
2.3 O assentamento das pazes entre os colonizadores e os tapuias	28
2.4 “Vantagens” e obrigações estabelecidas pelos termos de “paz”	33
2.5 Análise dos tratados: interesses e perspectivas	38
CAPÍTULO III – CONSEQUÊNCIAS DOS TRATADOS DE PAZ	
3.1 Submissão tapuia	42
3.2 Processo de dissolução da cultura tapuia	47
3.3 Concretização dos processos de interiorização e de colonização das capitanias do Norte após a rendição dos tapuias	51
CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA E FONTES	60
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Ao longo do período em que estudei a conquista e a colonização do Rio Grande, e conseqüentemente a relação que existiu entre os colonizadores com os diversos grupos indígenas que habitavam esta terra antes mesmo da chegada dos primeiros europeus, durante a ocasião em que cursei a disciplina de História do Rio Grande no Norte na UFRN, me deparei com diversos questionamentos acerca da temática indígena inserida no contexto histórico da colonização do referido território, um em particular me chamou atenção: quais teriam sido as causas do aniquilamento da identidade das etnias indígenas que habitavam o espaço geográfico que hoje compreende ao Rio Grande do Norte? E como os processos de conquista e de colonização destas terras teria contribuído para reforçar o extermínio físico e cultural destas etnias indígenas? Tais questionamentos me incentivaram a desenvolver uma pesquisa relacionada com esta temática, para tentar compreender como teria se dado o desaparecimento das populações indígenas durante a colonização das capitânicas ao Norte da colônia, e sobretudo, do Rio Grande.

Por isto apresento neste trabalho monográfico um estudo que tem como tema principal a realização de Tratados de paz que existiram entre as várias etnias indígenas que habitavam a região do sertão das capitânicas localizadas ao Norte da América portuguesa, ocorridos entre os anos de 1692 e 1997. Estes acordos foram de grande importância para a rendição dos indígenas rebelados e para a concretização da colonização e do povoamento português, principalmente no Rio Grande.

No início desta pesquisa era pretendida apenas a análise dos acordos de paz que existiram entre os tapuias e os colonizadores. Porém, com o andamento da pesquisa, senti a necessidade de compreender também as primeiras alianças de paz que já se davam entre os indígenas que habitavam o litoral e os europeus que visitavam as costas deste território, e também com os colonizadores portugueses já no início do processo de conquista.

O trabalho aqui apresentado está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro deles estão expostos os fatos antecedentes à ocorrência dos Tratados de paz entre os grupos indígenas da etnia Tupi e os colonizadores portugueses. Para isto este primeiro capítulo foi subdividido em dois momentos, onde o primeiro deles trata das primeiras alianças de "amizade" que existiram entre os indígenas que habitavam o litoral ao Norte da colônia, os *Potiguara*, e os franceses, que visitavam com certa freqüência as costas deste território em busca de possíveis riquezas, sobretudo do pau-brasil aqui existente. Num segundo momento do capítulo primeiro, veremos os fatos que justificaram a necessidade da existência destas alianças entre europeus e Potiguara.

No segundo capítulo trataremos da retomada da colonização pelos portugueses após a expulsão dos holandeses da América portuguesa através da implantação da pecuária no sertão. Veremos também os conflitos que existiram entre os diversos grupos de indígenas que habitavam esta área, assim como o assentamento das pazes após a rendição forçada destes povos, que resistiram durante muitos anos ao processo interiorização implantada pelos colonizadores portugueses.

Finalmente, o capítulo III mostrará os resultados da realização dos acordos de paz ocorridos entre os tapuias e os colonizadores e a submissão imposta a estes nativos após a realização dos Tratados de paz feito com os colonizadores, assim como a perda da identidade cultural dos tapuias e finalmente a concretização do processo colonizador como resultado da rendição destes nativos que haviam lutado durante anos contra este processo.

Assim concluímos que, se por um lado a realização dos referidos Tratados de paz foram de total importância para a concretização da colonização do Rio Grande e das capitânicas vizinhas, tornando possível o povoamento destas áreas e a introdução da atividade pecuária, após a rendição dos tapuias revoltados, por outro lado provocaram o aceleramento da destruição física e cultural das várias etnias indígenas que ofereceram resistência ao processo colonizador, pois, a partir do momento que em que estes tapuias se submeteram as imposições dos colonizadores foram perdendo aos poucos seus traços culturais originais. Por outro lado, os indígenas que não aceitaram tal submissão também sofreram consequências negativas, na medida em que muitos destes foram escravizados e mortos pelos colonizadores portugueses, ocasionando desta forma o quase extermínio físico e cultural destes povos, sobretudo no Rio Grande do Norte, onde houve o desaparecimento total da identidade de diversos grupos indígenas que aqui já habitavam antes mesmo da chegada dos primeiros europeus, e que não chegaram a ser conhecidos pela Historiografia.

Assim, para desenvolvimento desta pesquisa foi necessário recorrer a trabalhos de historiadores mais tradicionais, que se dedicaram aos estudos da colonização do Rio Grande do Norte durante as primeiras décadas do século XX, tais como, Luis da Câmara Cascudo, Augusto Tavares de Lira, Olavo de Medeiros Filho.¹ Estes foram de relevante importância para a realização desta pesquisa, pois reuniram informações de grande valor produzidas pelos cronistas que vivenciaram os fatos históricos no período da colonização, ajudando desta forma na compreensão

¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Historia do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação de Cultura, 1955.

LYRA, A. Tavares de. *Historia do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal/ RN: Fundação José Augusto, 1920.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Editora do Senado, 1984.

do contexto histórico em que ocorreram estes tratados de paz entre indígenas rebelados e os colonizadores, embora estes não tenham se dedicado a uma análise mais aprofundada acerca da temática indígena no período colonial. Desta forma também foi de igual importância recorrer a trabalhos produzidos pela historiografia mais recente, tendo em vista, que na atualidade já podemos contar com análises mais aprofundadas da temática indígena durante o referido período em autores como, Fátima Martins Lopes,² ou Pedro Puntoni.³

No caso dos trabalhos produzidos pela chamada Historiografia tradicional acerca do referido assunto, estes tratam da “pacificação” dos indígenas revoltados com o projeto colonizador como um acontecimento necessário para a concretização da colonização, e para proporcionar aos nativos a chance de entrarem em contato com o processo civilizatório inspirado nos moldes europeus. Já de acordo com as interpretações da historiografia mais recente, o conceito de “pacificação”, e abordada de forma diferenciada, uma vez que de acordo com estes trabalhos, os indígenas teriam passado por um processo de rendição forçada, pois, devido a sua difícil situação tiveram que aceitar as “pazes” propostas pelos colonizadores portugueses.

Também foi preciso recorrer às fontes, principalmente aquelas produzidas por cronistas, tais como, Frei Vicente do Salvador, com a sua obra *História do Brasil*, que narra fatos ocorridos durante o período colonial, para que desta forma se tenha acesso às informações produzidas no período em questão, acerca da colonização portuguesa e das relações sociais exercidas entre colonizadores e nativos que habitavam a colônia. A principal fonte primária utilizada neste trabalho de pesquisa foram os *Tratados de paz* ocorridos entre os anos de 1692 a 1697, na medida em que estes constituíram o ponto principal das análises apresentadas neste trabalho de pesquisa. Para ter acesso as informações contidas neste documento foi necessário recorrer a obras que publicaram tal fonte, como o livro *A Guerra dos Bárbaros*, de Pedro Puntoni, e a obra *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, de Denise Mattos Monteiro.

Assim, pretendo inserir neste trabalho, principalmente no campo da *História social*, visto que ao estabelecer uma análise acerca destes Tratados de paz, foi necessário recorrer ao estudo das relações sociais existentes entre os nativos que habitavam as regiões localizadas ao Norte da colônia, sobretudo no Rio Grande, fossem eles nativos do litoral, ou do sertão destas áreas. Neste caso, ao final desta pesquisa, pretendemos mostrar que estas relações que existiram entre os nativos e os colonizadores portugueses foram na maior parte do tempo conflituosas, pois embora tenham existido momentos de relativa paz entre ambas as partes, isto só era conseguido após a

² LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitânia do Rio Grande do Norte*, 2003.

³ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: colonização do sertão Nordeste do Brasil*, 1650-1720.

rendição forçada e submissão dos povos indígenas, submissão esta imposta pelos acordos de paz e que implicou no aniquilamento gradual da identidade cultural destes povos provocando o seu desaparecimento quase que total do território que hoje compreende ao Brasil.

CAPÍTULO I

EUROPEUS E POTIGUARA: PRIMEIRAS ALIANÇAS DA AMÉRICA PORTUGUESA

1.1 PRIMEIRAS ALIANÇAS DE PAZ ESTABELECIDAS ENTRE OS EUROPEUS E OS NATIVOS:

Durante o processo de conquista da América portuguesa iniciada no século XVI, a resistência proporcionada pelos nativos que habitavam este território fazia-se presente nas relações estabelecidas com os pretensos colonizadores, os portugueses. Além disto, muitas outras dificuldades foram aparecendo desde os primeiros anos após a “descoberta” destas terras, sendo uma delas a cobiça de outros povos europeus, principalmente os franceses, que rondavam as costas deste território. O enfrentamento da resistência dos indígenas se deu inicialmente no litoral e em períodos posteriores no interior da colônia, este fato tornou-se uma constante durante todo o processo de conquista e colonização destas terras, constituindo-se esta uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos colonizadores portugueses. A junção destes dois fatores, disputa do território entre os portugueses e outros povos europeus e a resistência indígena, gerou um fato marcante em todo período de colonização da América portuguesa: a existência dos acordos de paz e amizade entre os vários povos nativos que habitavam este território e os europeus que tentavam se estabelecer e usufruir das possíveis riquezas aqui existentes.

As primeiras alianças de paz estabelecidas entre colonizadores e nativos da América portuguesa ocorreram no litoral, região onde os portugueses mantiveram os primeiros contatos com os povos desta terra e também onde iniciaram a ação colonizadora. Porém, acordos semelhantes já existiam antes mesmo que este processo de conquista portuguesa fosse iniciado de fato. Alianças de amizade já vinham ocorrendo entre os indígenas que habitavam o litoral e os corsários que visitavam esta região, sobretudo com os franceses. Assim tratou Tavares de Lira acerca deste fato:

Além dos portugueses, os espanhóis, em diferentes viagens de exploração para a América Central e para o rio da Prata, e os franceses, que, logo após a descoberta, começaram a traficar com o pau-brasil, iam alargando lentamente, no trato e no comércio com os indígenas, o conhecimento das terras e das gentes. E o fato é que ao espírito de aventura dos armadores particulares e as incursões dos intrusos, a quem estimulava a miragem de rápida fortuna no contrabando das costas, deve-se – pelo menos até o falecimento de D. Manoel em 1521 – muito mais do que à ação oficial do governo. Esta se limitou à guarda da nova possessão contra as pretensões de outras potências marítimas, ficando a exploração efetiva do vasto domínio, com que fora enriquecida a Coroa, entregue à ganância dos contrabandistas que, aproveitando-se do instinto mercantilista dos índios, estabeleciam estações de permuta nos portos; e, passados alguns anos, já se proviam eles tão bem dos artigos preferidos pelos europeus que, em qualquer ponto aonde chegasse um

*navio e se pusesse a tripulação em relações com as tribos da paragem, era seguro realizar os melhores negócios.*⁴

Deixando de lado as adjetivações negativas usadas por Lira para descrever as relações estabelecidas entre franceses e indígenas, podemos constatar através deste relato a ocorrência das constantes visitas dos corsários europeus às costas brasileiras nos primeiros anos após a “descoberta”, e as alianças de troca que existiam principalmente entre os franceses e os nativos habitantes do litoral. Assim, os franceses, tendo notícias da abundância do pau-brasil, produto muito valorizado no mercado europeu, passaram a se aproximar dos índios por intermédio destas alianças, realizadas com fins comerciais, sobretudo devido ao interesse na extração do pau-brasil.

Além do interesse em obter o pau-brasil, também ocorreram tentativas de ocupação por parte dos franceses, que por duas vezes tentaram se estabelecer nas costas brasileiras, primeiramente no Rio de Janeiro, entre 1555 e 1567, e no Maranhão entre 1594 e 1615.⁵ Estes acontecimentos também foram marcados pela tentativa de aproximação por parte dos franceses com os indígenas do litoral. Assim, os acordos realizados com estes nativos também foram primordiais para os franceses, principalmente pelo fato de alguns destes povos indígenas terem se tornado seus aliados nas lutas empreendidas contra os colonizadores portugueses, quando estes, tendo notícia das visitas cada vez mais freqüentes dos corsários às costas da América portuguesa, tentavam expulsá-los deste território para assim legitimar e consolidar a posse destas terras.

Assim iam se consolidando a existência das primeiras alianças de “amizade” entre europeus e indígenas. Além do interesse comercial que tinham os primeiros europeus nas riquezas encontradas neste território, também se interessaram em manter a “paz” com os nativos, para desta forma atingir seus objetivos de ocupação do território brasileiro. Para que a realização destas alianças fosse possível, tornou-se necessário o domínio das línguas faladas pelos índios, alguns destes também tiveram que aprender as línguas faladas pelos europeus que aqui se estabeleceram. Isto facilitaria não somente a aproximação dos europeus com os índios, mas também tornaria possível levar aos nativos a cultura cristã européia, principalmente a partir do momento em que os portugueses iniciaram o processo de conquista destas terras.

Em seus estudos acerca das alianças existentes entre índios e colonizadores, Paulo Sérgio Barros, observou que estas alianças não eram somente propostas pelos colonizadores europeus, podiam ser também espontâneas, ou seja, propostas pelos próprios índios, que também tinham interesses com a realização destes acordos com os brancos: “Sob o estado de ameaça que viviam

⁴ LIRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*, p. 12.

⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 45.

pela guerra, a escravidão e a perseguição de seus valores e tradições, alguns chefes indígenas aproximam-se dos colonos”.⁶ Ao tratar destas primeiras alianças existentes entre índios e os primeiros europeus que ocuparam as terras da América portuguesa, Fátima Martins Lopes também observa que estas eram muito frágeis, uma vez que, tais alianças tinham duração que oscilava de acordo com os interesses de ambas as partes.⁷ Um grande exemplo desta afirmação, foi a ocorrência de uma aliança de paz estabelecida entre os índios *Tabajara* e os colonizadores portugueses durante o período de conquista da Paraíba. Antes da sua rendição, os Tabajara ofereciam uma forte resistência ao processo colonizador, porém devido as suas derrotas nas batalhas contra os portugueses, não lhes restou alternativa que não fosse a de aceitar estabelecer as pazes com os colonizadores. A partir do momento que foram rendidos e passaram a se aliar aos portugueses, que, aproveitando-se das diferenças étnicas entre as tribos indígenas, jogou indígenas Tabajara contra os Potiguara, sendo estes últimos inimigos dos portugueses e aliados dos corsários franceses. Assim, com a ajuda dos Tabajara, os colonizadores portugueses que se encontravam na Paraíba, derrotaram aqueles Potiguara, que acabaram no fim da Guerra migrando para o Rio Grande, onde só foram rendidos totalmente no ano de 1599.⁸

A presença dos corsários franceses nas costas brasileiras preocupava a Coroa portuguesa, por isto a partir de 1530 o governo português enviou expedições, sendo a primeira destas comandada por *Martim Afonso de Souza*, neste mesmo ano, objetivando dar início a conquista e ocupação destas terras. Alguns anos depois deu-se início a divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias, fato que marcou o começo da colonização deste território⁹. Com o início da colonização, os portugueses passaram a enfrentar a forte resistência oferecida pelos indígenas, que tinham cada vez mais motivos para reagirem de forma negativa à invasão territorial das terras que antes eram ocupadas somente pelas várias nações indígenas que ali existiam antes da chegada dos europeus. Estes enfrentamentos entre indígenas e colonizadores foram frequentes nas capitânicas localizadas ao Norte da colônia. Neste contexto, o estabelecimento das alianças de paz foi primordial para amenizar os conflitos existentes entre os nativos do litoral Norte e os colonizadores durante a conquista e colonização da América portuguesa, e também para facilitar o processo “civilizador” português, que deveria de ser levado àqueles povos indígenas, conforme as decisões papais e reais.

Dentre as capitânicas afetadas pelos conflitos iniciais entre indígenas e colonizadores figurava a do Rio Grande, onde habitavam os índios *Potiguara*, os quais eram pertencentes ao

⁶ BARROS, Paulo Sérgio. *Confrontos invisíveis: cultura e resistência indígena no Ceará*, p. 9.

⁷ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos, e missionários na colonização da capitania do Rio Grande*, p. 37.

⁸ MELO, José Octávio de Arruda, *História da Paraíba*, p. 25-38.

⁹ MONTEIRO, D. Mattos. Op. Cit., p. 29.

tronco lingüístico Tupi-guarani e viviam na região litorânea. Desde o início da implantação das capitanias, os *Potiguara* já ofereciam forte resistência aos primeiros donatários do Rio Grande.¹⁰ Os primeiros donatários desta capitania, *Aires da Cunha* e *João de Barros*, promoveram em 1535 uma expedição colonizadora, porém devido a forte resistência oferecida pelos índios que habitavam o litoral, esta não obteve êxito e a ocupação foi adiada. Em 1597, outra expedição organizada desta vez pelo governador de Pernambuco, Manoel de Mascarenhas Homem e pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho. Esta expedição também enfrentou forte resistência indígena e a ameaça da presença francesa, mas os seus organizadores conseguiram dar início a ocupação deste território com a construção de um forte em 1598.¹¹

Tentando dar continuidade ao processo colonizador, os portugueses também realizaram alianças de paz com os índios do litoral. Diferentemente dos franceses que exerciam com aqueles índios frágeis alianças com fins mercantis, os portugueses objetivavam submeter aqueles indígenas e desta forma garantir definitivamente a ocupação e posse do território. Para conseguir realizar alianças com os Potiguara que habitavam o litoral do Rio Grande, os portugueses travaram lutas contra estes indígenas que ocasionaram, além de mortes, muitas doenças e destruição para os Potiguara, que perante esta difícil situação a rendição lhes pareceu uma saída possível.

As alianças entre indígenas do litoral e colonizadores portugueses no Rio Grande só viriam a consolidar-se no fim do século XVI. Este fato pode ser observado no relato produzido por Frei Vicente do Salvador acerca da existência de um importante acordo de paz realizado entre índios Potiguara e os colonizadores portugueses, após a expulsão dos franceses das costas situadas no litoral Norte da colônia. Este acordo ocorreu em junho de 1599, na Paraíba, onde estavam presentes vários chefes indígenas, dentre estes os principais *Braço de Peixe* da Paraíba e *Pau-Seco* do Rio Grande.¹² Também estavam presentes na ocasião autoridades coloniais das capitanias de Pernambuco, Paraíba e do Rio Grande. Antes da realização das alianças, os principais, representantes de cada tribo indígena, foram encarregados de levar ao seu povo as propostas de “paz” feitas pelos portugueses, visto que o comando político de cada aldeia estava a cargo destes chefes indígenas, e era de sua obrigação o estabelecimento e a orientação de seu grupo acerca dos Trados de paz.¹³ No caso da aliança descrita acima por Frei Vicente do Salvador, esta tarefa ficou a cargo do principal *Ilha Grande*, que induzido pelos portugueses,

¹⁰ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 28.

¹¹ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p 31-34.

¹² SALVADOR, Vicente do. Apud LIRA, A. Tavares. Op. cit., p 29.

¹³ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p 32.

tentou convencer aos outros principais do Rio Grande, Pernambuco e Paraíba a estabelecerem as pazes com os colonizadores portugueses.

Após a expulsão dos seus antigos aliados, os franceses, não restava aos Potiguara alternativa que não fosse aceitar a paz com os portugueses. Caso não aceitassem a aliança de paz com os colonos portugueses seriam duramente punidos por estes. Assim, para escaparem da destruição, das mortes e da escravidão trazida pelas guerras contra os colonizadores, aceitaram aqueles indígenas a realização das pazes com seus oponentes, os portugueses, como relatou Frei Vicente do Salvador em 1627, acerca daquilo que deveria ser falado pelo principal Ilha Grande aos principais das outras aldeias: “Se queres ter vida e inquietação e estar em vossas casas e terras com vossos filhos e mulheres, é necessário fazer com eles (os portugueses) pazes,... que os que se metem na Igreja não os cativam, antes os doutrinam e os defendem [...]”.¹⁴

No relato acima, Frei Vicente demonstra bem o tom ameaçador com que os portugueses tratavam com aqueles indígenas, para que estes se convencessem da necessidade de rendição e de submissão aos colonizadores portugueses. A ratificação desta Aliança com os *Potiguara* estabelecia diversas obrigações para estes indígenas, como por exemplo, permanecer ao lado dos colonizadores como força guerreira nas batalhas empreendidas contra os corsários que freqüentavam as costas da colônia. Estas alianças também seriam primordiais para os portugueses nos anos subseqüentes, na luta que seriam travados contra os holandeses quando estes se apoderaram das capitânicas localizadas no litoral Norte da colônia, e também contra os indígenas que estavam aliados a estes no século XVII. Ainda falando sobre a realização das pazes com estes Potiguara em 1559, esta aliança também foi importante na medida em que a “pacificação” destes indígenas diminuiria a resistência enfrentada pelos portugueses no litoral e daria condições de dar continuidade ao processo colonizador das capitânicas onde viviam os nativos que aceitaram aquela aliança de paz.

No Rio Grande, após a confirmação do acordo de paz com os Potiguara, e da conseqüente “pacificação” de uma parte dos indígenas desta nação que habitava o litoral desta capitania, deu-se início de fato a sua colonização conforme Lira: “Tranquilo quanto aos índios, em conseqüência das pazes com eles feitas, desvelou-se Jerônimo de Albuquerque em fundar uma povoação nas proximidades do Forte (dos Reis Magos). Esta tomou em 25 de dezembro (de 1599) o nome de cidade de Natal.”¹⁵ Foram erigidas em várias aldeias próximas ao Forte dos Reis, cruces com o consentimento de seus respectivos principias, dentre estas a do chefe *Camarão Grande*. Estas cruces além de simbolizar a presença dos representantes da Igreja

¹⁴ SALVADOR DO, Vicente. *História do Brasil*, p. 273.

¹⁵ LIRA, A. Tavares de. Op. cit., p 29.

naquelas aldeias, e a proteção que estes proporcionavam àqueles índios contra a escravidão, também demonstrava a “paz” estabelecida entre índios e os portugueses. Trataremos adiante, de forma mais detalha os motivos que levaram estes índios a aceitarem estes acordos de paz.

1.2 PORQUE FORAM NECESSÁRIAS ESTAS ALIANÇAS?

... para legitimar a posse.

Conforme foi visto anteriormente, os primeiros contatos estabelecidos entre europeus e indígenas no território brasileiro se deram logo nos primeiros anos após a descoberta destas terras. Para que estes contatos fossem possíveis fez-se necessário o estabelecimento das alianças de paz, que se deram inicialmente, sobretudo com os corsários franceses, e neste caso não tinham outro objetivo que não fosse comercializar com aqueles índios. Pois como bem observou Caio Prado Júnior em sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, o sentido da colonização das colônias americanas das zonas tropicais e subtropicais, onde aí se inseria a América portuguesa, era atender aos anseios mercantilistas das potências marítimas européias.¹⁶ Portanto, os indígenas que estabeleciam alianças com os franceses funcionavam como facilitadores no acesso destes corsários ao cobiçado pau-brasil, ou seja, estes indígenas serviam como mão-de-obra nos trabalhos comandados pelos europeus, inicialmente com os franceses, e depois com os portugueses, quando estes deram início à colonização.

Os objetivos mercantis que fizeram os franceses estabelecerem alianças com os nativos do litoral, são demonstrados nesta carta, escritas por Jerônimo de Barros, filho de João de Barros, primeiro donatário da capitania do Rio Grande, em 1561. Esta visava reclamar ao Rei as visitas daqueles corsários a este território.

[...] Os franceses todos os anos vêm a ela carregar de brasil por ser o melhor pau de toda a costa. E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentil. E os anos passados estiveram nesta Capitania dezessete naus de França a carga e são tantos os franceses que vêm ao resgate que até as raízes do pau brasil levaram porque tinge mais as raízes do que o pau que nasce nesta Capitania.¹⁷

Além do já citado interesse pela mão-de-obra nativa para ajudar na obtenção do pau-brasil, os corsários, sobretudo os franceses, precisavam do apoio guerreiro daqueles indígenas, visto que tais corsários eram vistos como intrusos pela Coroa portuguesa, que os queriam expulsar a todo custo daquelas terras. Portanto os corsários poderiam utilizar os indígenas para

¹⁶PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 19-32.

¹⁷CASCUDO, L. da Câmara. *Op. cit.*, p. 16.

guerrearem contra os colonos portugueses caso estes tentassem expulsá-los das costas brasileiras. O fato é que os nativos conheciam melhor os perigos da América portuguesa, tinham suas táticas de guerra e poderiam ser de grande valia na luta contra os portugueses.

No Rio Grande, assim como nas outras capitanias, o apoio guerreiro indígena, almejado pelos franceses, não vinha somente dos Potiguara que habitavam o litoral, as alianças militares realizadas com os corsários franceses também contaram com apoio dos índios do sertão, os chamados tapuias, como relatou o cartógrafo francês Jacques de Vaulex, De Claye que descreveu em 1579 um mapa do Norte da colônia. Dentre as várias informações sobre esta região contidas neste mapa, está a quantidade mínima possível de índios Potiguara e tapuias disponíveis para guerrear ao lado dos franceses, na luta contra os colonos portugueses. “[...] Este mapa demonstra a força e importância das alianças estabelecidas pelos franceses com os indígenas, que abrange não somente os Potiguara, mas também os tapuias do sertão, para tentar o domínio do território”.¹⁸ Em uma das legendas descritas neste mapa figuram estas referências a aldeias de índios tapuias do Rio Grande, localizadas nas ribeiras dos rios Açú Piranhas e Mossoró, conforme Olavo de Medeiros Filho: “Outra aldeia chamada Tararauaçu onde fornecem 800 homens [...] Esta aldeia é chamada Ouratiaume e é uma das grandes aldeias que são dos selvagens pelos franceses e tem para fornecer mil homens.”¹⁹

Poucos estudos existem acerca das questões indígenas nos anos iniciais da ocupação e conquista da América portuguesa. Sobre os Potiguara que habitavam a capitania do Rio Grande sabe-se pouco. Segundo Fátima Martins Lopes, existiram poucos escritos sobre estes nativos, por causa do relativo abandono desta região pelos portugueses, visto que estes preferiram nos anos iniciais de conquista privilegiar outras partes mais rentáveis da colônia, como Pernambuco e Bahia.²⁰

A Historiografia tradicional, que se ocupou deste assunto, privilegiou a história da colonização visto sob a ótica dos colonizadores portugueses, sempre exaltados nos estudos realizados acerca do processo de conquista e colonização: eram vistos como agentes civilizadores e responsáveis pela pacificação através da cristianização daqueles povos nativos da América portuguesa. Desta forma os tratados de paz e amizade existentes entre colonos europeus e nativos, funcionariam nesse processo, como instrumento civilizatório dos indígenas que aceitassem as condições estabelecidas nos acordos de paz e amizade. Porém, na Historiografia atual já existem trabalhos de relevância que atribuem mais atenção às questões indígenas durante

¹⁸ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande*, p. 40.

¹⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo. O Rio Grande do Norte no mapa de Jacques de Vaulex, de Claye. *Caderno de História*, Natal, v.3, n.1, p. 31-32. jan./jun. 1996.

²⁰ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 29.

os primeiros anos da Conquista, assim como atribuem aos seus estudos acerca deste assunto uma atenção maior a esta questão, tais como, escravidão e extermínio da cultura e dos povos indígenas nos anos de colonização. As alianças existentes entre colonos e nativos, aqui, já são tratados também sob a ótica dos indígenas. Desta forma, podemos entender melhor os motivos que levavam os indígenas a procurarem os europeus para proporem alianças.

Para os nativos, as alianças de amizade, realizadas com os franceses se tornavam convenientes na medida em que era uma forma de conseguir ferramentas, armas e outros objetos valorizados por aqueles nativos. Já a partir do início da colonização portuguesa, estas alianças tornam-se uma necessidade para sua sobrevivência física e para fuga da escravidão. Ao se aliarem aos europeus, os indígenas poderiam obter também apoio nas batalhas travadas contra povos indígenas rivais, pois, ao passo que se aliavam aos europeus nas guerras contra os seus adversários indígenas, também poderiam contar com apoio daqueles nos conflitos tribais existentes entre os vários povos indígenas que habitavam aquelas terras antes da chegada e estabelecimento dos europeus. Os portugueses se aproveitavam destes conflitos intertribais para transformarem os prisioneiros dos índios aliados em escravos, por tanto era do interesse dos portugueses incentivarem a ocorrência das guerras entre povos nativos rivais, como bem observou John Monteiro: “[...] aos olhos dos invasores a presença de um número considerável de prisioneiros de guerras prometia um possível mecanismo de suprimento de mão-de-obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais.”²¹

Também seria interessante para os povos nativos aceitarem os acordos estabelecidos com os colonos portugueses, na medida em que, esta era uma maneira dos indígenas não se tornarem expostos à escravidão imposta pelos colonizadores, que também tentavam impor aos nativos a obediência e a submissão, que deveriam ser prestadas àqueles que se autodeclaravam donos da terra, e portanto, também da mão-de-obra indígena. Os indígenas que se aliavam aos portugueses ou aceitavam se submeter às suas imposições sem oferecer resistência tinham, ao menos, a possibilidade de escapar das punições impostas pelos colonos portugueses aos nativos que não aceitavam se submeter a tais imposições, sendo desta forma duramente punidos, com castigos tais como, o trabalho forçado que os índios escravizados realizavam para os colonizadores, a escravidão. Os Principais de cada tribo, que desfrutavam de certa autoridade com relação aos outros índios nas aldeias onde presidiam, eram responsáveis em levar para estes as propostas de acordos ou alianças feitas pelos colonos europeus.²² Por outro lado, aqueles povos indígenas que aceitavam tais condições impostas pelos acordos de paz, poderiam obter certo prestígio social,

²¹ MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, p. 29.

²² LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 32.

visto que quando se aliavam aos colonizadores tornavam-se destacados entre os vários povos indígenas que existiam na colônia, pois submetidos aos portugueses, estes indígenas passavam a ser considerados súditos da Coroa portuguesa, mesmo que para isso passassem a viver de acordo com os moldes de vida impostos pelos colonizadores portugueses.

CAPÍTULO II

COLONIZADORES X TAPUIAS: CONFLITOS E RENDIÇÃO INDIGENA

2.1 PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DAS CAPITANIAS DO NORTE.

Como pretendo trabalhar nesta pesquisa como tema principal a ocorrência dos Tratados de paz surgidos em decorrência dos conflitos existentes entre os colonizadores portugueses e os nativos que habitavam o sertão ao Norte da colônia, na chamada Guerra dos Bárbaros, exporei o contexto em que ocorreram estes conflitos e conseqüentemente o estabelecimento destas alianças de paz após anos de lutas.

Durante os 24 anos de estadia no litoral brasileiro, os holandeses exerceram com os nativos desta região da colônia relações relativamente estáveis e sem grandes conflitos na maior parte do tempo em que administraram as capitanias tomadas de Portugal. Embora a maioria dos índios da nação Potiguara tenham se aliado aos portugueses ainda nos primeiros anos de colonização, alguns dos habitantes nativos do litoral preferiram se aproximar dos holandeses e ofereceram a estes sua força guerreira na luta pela tomada daquela região dos portugueses. É necessário lembrar que os Potiguara haviam se aliado aos franceses contra os portugueses no início da conquista, mas, por questão de necessidade e conveniência acabaram se subordinando a estes últimos através de uma aliança de paz (já citada acima) nos anos posteriores .

Durante o período em que ocuparam o Nordeste da colônia, os holandeses se aproximaram também dos nativos habitantes do sertão, os tapuias. Estes considerados os mais hostis ao processo colonizador empreendido pela Coroa portuguesa, se aliaram aos holandeses pela necessidade de sobrevivência e para escaparem da escravidão imposta pela colonização portuguesa. Ao lado dos holandeses, os nativos receberam algumas vantagens que não tinham conquistado com os portugueses, pois as alianças exercidas com aqueles holandeses prometiam aos nativos a garantia de liberdade incondicional, ou seja, os índios não podiam ser escravizados, alugados por dinheiro, ultrajados, nem obrigados a trabalhar contra sua vontade. O trabalho exercido pelos índios para os holandeses tinha que ser pago em gêneros.²³

Quando os holandeses foram expulsos do Nordeste brasileiro, as capitanias onde estes haviam exercido seu domínio encontravam-se destruídas pelas guerras de reconquista promovidas pelos portugueses. Após a vitória dos colonizadores portugueses sobre os holandeses nesta guerra, iniciou-se o processo de reerguimento das capitanias retomadas pela administração da Coroa portuguesa. Fazia-se necessário para isto repovoar as capitanias arrasadas pela batalhas empreendidas entre a Coroa portuguesa e os holandeses, e despovoadas de colonos portugueses desde o início da dominação flamenga.

²³ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 79.

A administração portuguesa também se esforçou em reativar a principal atividade econômica da colônia, a produção açucareira, visto que as plantações e os engenhos de açúcar se encontravam destruídos após a expulsão dos holandeses. Também introduziu outras atividades que viessem a diversificar a economia colonial, assim como também subsidiar a produção da cana-de-açúcar no litoral. A pecuária provocou a expansão do processo colonizador para o interior das capitanias localizadas ao Norte da colônia, assim como também se tornou um importante instrumento de povoamento dos sertões destas capitanias. As duas principais correntes de povoamento do sertão das capitânicas do Norte, pela pecuária, ocorreram na Bahia, acompanhando o rio São Francisco, e a outra partiu de Pernambuco em direção ao Ceará, constituindo estas as principais regiões criadoras de gado.²⁴ Para Roberto Simonsen a criação de gado se constituiu num dos mais importantes instrumentos para o processo de interiorização, e também ofereceu subsídios para as zonas de engenhos e mais tarde também foi importante no apoio à mineração.²⁵

Assim como as demais capitanias do Norte da colônia, a do Rio Grande também passou pelo processo de reconstrução após a expulsão dos holandeses, quando se encontrava praticamente despovoada e destruída. Tavares de Lira assim descreveu este período nesta capitania:

*Pode-se dizer que a capitania começava agora a povoar-se, mas ainda jazia em grande penúria... De fato o Rio Grande não passava de um vasto campo de devastações e ruínas... A obra da colonização (portuguesa) iniciada antes da invasão holandesa... Fora destruída quase por completo [..]*²⁶

De fato, a obra colonizadora, a que se refere Lira, havia sido interrompida durante o domínio flamengo. Isto é o que foi demonstrado de acordo com grande parte da Historiografia tradicional que se ocupou com os estudos acerca do período colonial brasileiro, uma vez que de acordo com esses estudos, a verdadeira obra colonizadora teria sido aquela empreendida pela Coroa portuguesa e não por outros povos europeus que tentaram se estabelecer na América portuguesa, dentre os quais os holandeses, que exerceram domínio sobre o litoral do nordeste colonial. Estes povos foram vistos pela Historiografia tradicional como invasores que teriam tentado usurpar as terras pertencentes a Portugal.

²⁴ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 26.

²⁵ Apud. SILVA, Francisco Carlos. A conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda L. (Org). *História geral do Brasil*, p. 58.

²⁶ LIRA, A. Tavares de. Op. cit., p. 97.

Assim, quando as capitâneas que haviam sido ocupadas pelos holandeses foram retomadas pelos portugueses, voltaram a ser administradas por capitães-mores nomeados pelo rei de Portugal. Antônio Vaz Godin, designado para governar a capitania do Rio Grande, se encarregou de iniciar o processo de reconstrução e repovoamento desta capitania junto com as outras autoridades locais. O Governador Geral da colônia encarregou Vaz Godin de estabelecer concessões de sesmarias, largas extensões de terras, para os colonos portugueses que se estabelecerem novamente na capitania. Geralmente estas terras eram concedidas a oficiais das ordenanças que haviam lutado ao lado dos portugueses na guerra de reconquista das áreas ocupadas pelos holandeses, seriam estes que, mais tarde, conduziriam o gado ao sertão, guerrearão e aprisionariam indígenas que se rebelavam contra processo de introdução da pecuária naquela região. Além das sesmarias estes oficiais das ordenanças também eram recompensados com patentes militares também concedidas pela Coroa portuguesa.²⁷

Os representantes da Igreja Católica também foram beneficiados com sesmarias, visto que estes haviam retomado o trabalho de catequese realizado com os indígenas daquelas capitâneas e os nativos eram utilizados como mão-de-obra nos trabalhos realizados nestas terras doadas a Igreja. Esta carta escrita e enviada pelo governador geral ao então capitão-mor Antonio Vaz Godin, em 1660 demonstra a autorização para a prática de concessão das sesmarias aos colonos que chegassem ao Rio Grande, iniciando assim o repovoamento da capitania. As terras poderiam, segundo este documento, ser concedidas desde que estas não tivessem donos, e/ou fossem abandonadas.

As terras devolutas que não tiverem dono pode V. Mcê dá-las a quem pedir, precedendo, porém, informações do provedor da fazenda da Capitania. Advertindo que há de V.Mcê declarar nas suas provisões, não prejudicando a terceiros, porque a todo tempo que os primeiros possuidores e seus herdeiros as procurarem poderão entrar nelas sem impedirem, porque nós não podemos dar a fazenda alheia.²⁸

Foi com a introdução da pecuária e das frentes de conquista em direção ao interior das capitâneas retomadas pela Coroa portuguesa que surgiram os primeiros povoados no sertão, seguindo o curso dos rios, em áreas antes habitadas pelos nativos daquelas terras. No Rio Grande as frentes de conquista se estabeleceram a partir da década de 1680 principalmente nas ribeiras dos rios Açu, Ceará Mirim e Apodi.

²⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 84.

²⁸ Livro I das cartas e provisões do Senado da Câmara de Natal. Encontra-se transcrito em: LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 98-99.

Os grandes criadores e proprietários de terras do sertão contratavam vaqueiros para tomar conta das criações de gado e estes por sua vez, contavam com o trabalho de ajudantes que os auxiliavam naquela atividade. Os vaqueiros trabalhavam em muitos dos casos num sistema de parceria, onde após um período determinado de tempo recebiam um quarto das crias de gado que eles tomavam conta. Em alguns casos os trabalhadores também eram pagos no sistema de assalariamento de acordo com as tarefas que estes realizavam. O transporte do gado até os mercados costeiros era realizado por um vaqueiro especializado, o *passador*, que recebia a sua paga pelo trabalho realizado de acordo com quantidade de gados transportados de um lugar para outro²⁹.

Conforme afirma Pedro Puntoni, parte da Historiografia que se ocupa deste assunto concorda que a mão-de-obra indígena foi largamente utilizada na criação de gado, devido principalmente a idéia que se enraizou entre os colonizadores, de que os indígenas não eram aptos ao trabalho agrícola continuado e sedentário, por isso se acomodavam melhor à atividade pecuária. Porém, para Puntoni, a utilização da mão-de-obra indígena teria sido mínima, embora não se possa afirmar com certeza, devido a escassez de documentos sobre o trabalho realizado nos currais de gado. Muitos indígenas que habitavam a capitânicas do Norte, e que viviam sob a proteção dos jesuítas, foram cedidos como mão-de-obra para a atividade pecuária, recebendo estes, pagamentos em salário pelos seus trabalhos. Porém, neste período, muitos foram os conflitos existentes entre colonizadores e nativos, principalmente aqueles que habitavam o sertão, os chamados tapuias, que tiveram suas terras invadidas pelas frentes de conquista que levaram a criação de gado ao sertão.

2.2 CONFLITOS EXISTENTES ENTRE OS TAPUIAS E COLONOS PORTUGUESES

O processo de interiorização ocorrido após a expulsão dos holandeses do litoral da colônia agravou mais ainda os conflitos nas relações existentes entre os colonizadores portugueses e os nativos que habitavam as capitânicas afetadas pela retomada do processo colonizador português. Relações estas que já vinham se desgastando desde o início da colonização da América portuguesa apesar da existência dos acordos de paz. O processo de interiorização das capitânicas localizadas ao Norte da colônia, foi impulsionado pela introdução da atividade pecuária no sertão. A criação do gado e a sua conseqüente expansão para as terras

²⁹ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p 36.

do interior ocasionou a invasão e ocupação das terras anteriormente habitadas pelos nativos daquela região. Tratava-se agora de tentar ocupar e concretizar o projeto colonizador português também no interior da colônia. Os *tapuias*, como eram conhecidos os vários povos que já ocupavam o sertão antes da chegada do colonizador europeu nestas terras, levavam uma vida semi-nômade sempre vagando pelos sertões em busca de melhores condições de sobrevivência; viviam da caça, pesca e da coleta de frutos, portanto não se estabeleciam em aldeias fixas. Os vários grupos de tapuias eram guerreiros bastante temidos pelos povos indígenas rivais e também pelos colonizadores.³⁰ Em um relato de Pedro de Carrilho de Andrade (Memorial sobre os índios do Brasil) encontram-se descritas informações acerca do instinto guerreiro dos tapuias:

São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes agrestes, porque a muitas levam vantagens nas forças, nas ligeirezas do correr e nos usos e costumes... São inconstantes por natureza, fáceis de persuadir ao mal, porque toda a sua natural inclinação é matar, guerrear, fazer sangue; acostumados e exercitados nas mortes das caças, feras e aves de que se sustentam. E entre eles não tem nome nem fama aquele que não faz morte em gente humana.³¹

Não somente a inclinação guerreira, mas estas informações descritas por Carrilho sobre os tapuias, demonstram também a visão que os colonizadores tinham sobre estes nativos do sertão, sempre considerados por aqueles como “bárbaros” desprovidos de qualquer traço civilizatório e dos ensinamentos cristãos, que os colonizadores pretendiam impor àqueles nativos.

De acordo com o ângulo de visão dos colonizadores portugueses, este instinto sanguinário e guerreiro atribuído aos povos nativos que habitavam o sertão talvez tenha funcionado como explicação para os constantes ataques promovidos às povoações constituídas pelos colonos portugueses, suas plantações e criações de gado. Porém, estes ataques foram principalmente impulsionados pelas invasões às terras do sertão, proporcionadas pelo processo colonizador e todas as conseqüências negativas produzidas por este acontecimento e que afetaram os povos indígenas que habitavam aquelas terras. Para Pedro Puntoni, os conflitos, que este denomina de Guerra do Açu, existentes entre os colonizadores e os índios do sertão, teriam se acirrado devido principalmente a dois fatores: primeiro porque a atividade pecuária invadiu o espaço anteriormente habitado pelos índios do sertão, destruindo desta forma as fontes de

³⁰ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 112-114.

³¹ Apud LIRA, A. Tavares. Op. cit., p. 120-121.

subsistência dos tapuias. Por outro lado, estes autóctones viram a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares através da captura do gado criado solto pelos colonos portugueses.

Tavares de Lira e Câmara Cascudo concordam que a reunião entre estes nativos do sertão com os holandeses, no período em que estes dominaram a costa Norte da colônia, também teria sido um dos fatores importantes para explicar a sublevação daqueles indígenas. Porém, para Lira e Cascudo outro fator de relevância, teriam sido os ataques promovidos propositalmente pelos colonos contra estes tapuias com o único intuito de transformá-los em escravos, visto que, com a proibição da escravidão pelas autoridades reais, a única forma de conseguir escravos era através das chamadas “*Guerras justas*”, promovidas contra os índios insubmissos à colonização portuguesa e com o consentimento das autoridades coloniais e da Igreja. Este fato foi observado também por Gonçalves Dias:

Sabemos qual era a tática geralmente seguida pelos colonos, depois das leis que aboliram a escravidão dos índios: era injuriá-los nas suas pessoas e propriedades, incitá-los por todos os meios à guerra contra os seus vizinhos (indígenas) ou contra os próprios colonos e daqui tiravam plausível pretexto para os guerrear e cativar.³²

As capitanias mais afetadas pelos conflitos existentes entre os índios tapuias e os colonizadores portugueses foram as do Ceará e do Rio Grande, embora estes enfrentamentos tenham se alastrado por todo o Norte da colônia. Logo após a expulsão dos holandeses desta região (1654), estes conflitos começaram a tomar forma, porém foi em fins da década de 1670 se tornam mais intensos.³³

No Rio Grande, um dos principais focos destes conflitos, denominados por muitos historiadores como Guerra dos Bárbaros, os colonizadores tiveram que enfrentar a forte resistência dos índios *Janduí* e dos *Paiacu*, habitantes do sertão desta capitania, que segundo Denise Mattos Monteiro, são os povos mais citados pelos registros históricos escritos pelos colonizadores referentes à ocorrência destes conflitos nesta capitania. Estes dois povos teriam sido os que mais resistiram à colonização do sertão devido ao fato das frentes de conquista vindas a Paraíba e de Pernambuco terem passado justamente nos territórios habitados pelos *Paiacu* e *Janduí*.³⁴

Segundo Câmara Cascudo, os ataques promovidos pelos indígenas do sertão não se limitaram apenas a esta área da capitania do Rio Grande. Embora o sertão tenha sido a região mais afetada pelos conflitos da Guerra dos Bárbaros, o litoral desta capitania também foi afetado

³² Gonçalves Dias citado por: LIRA, A. Tavares de. Op. cit., p. 107.

³³ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 45.

³⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 79.

pela resistência indígena, que chegou a se aproximar da cidade de Natal, preocupando os seus habitantes: “Grupos indígenas vinham ao Ceará - Mirim e mesmo ao Ferreiro Torto depredando [...] As cidades viviam alarmadas.”³⁵ Este temor por parte dos colonos que habitavam o litoral, os levaram a construir e reforçar casas fortes nos principais núcleos de povoamento daquela região que se estendia ao sul em direção da Paraíba.³⁶ Lá os moradores da capitania apavorados se refugiavam dos ataques cada vez mais freqüentes e devastadores dos chamados “bárbaros” do sertão. Este pavor sentido pelos moradores do Rio Grande levou muitos destes a abandonarem a capitania.

No ano de 1688, o Governador-Geral enviou uma expedição para lutar contra indígenas no Rio Grande. Fracassada esta batalha, e com um saldo de trinta soldados feridos, os moradores desta capitania, apavorados com a reação indígena, ameaçavam deixar esta terra. Diante desta ocorrência, o capitão-mor do Rio Grande, temendo o despovoamento, decidiu baixar um edital ameaçando prender e confiscar os bens de todos aqueles que deixassem essa jurisdição.³⁷

Depois de muitas batalhas, a Guerra dos Bárbaros havia produzido resultados bastante danosos, tanto para os colonizadores como para os indígenas envolvidos nestes conflitos. Ao lado dos portugueses lutavam “índios mansos” (os Potiguara); estes haviam se aliado aos portugueses, como força guerreira, de acordo com aliança realizada no ano de 1599 e desde então lutaram ao lado dos colonizadores e contra os holandeses, durante a sua estadia na colônia, e agora nas batalhas empreendidas contra os chamados “Bárbaros do sertão”.³⁸

Já os tapuias “eram em maior número, conheciam bem o território em que viviam, tinham as suas próprias táticas de luta e começavam também a dispor de armas de fogo provavelmente adquiridas de corsários europeus ou de “maus portugueses.”³⁹ Este fator levou os tapuias a terem vantagens em várias batalhas contra os portugueses e os seus aliados.

O acirramento destes conflitos levou as autoridades coloniais a enviarem reforços militares às capitanias onde ocorria a Guerra dos Bárbaros. Para a defesa do Rio Grande vinham reforços principalmente da Paraíba e de Pernambuco. De acordo com Tavares de Lira, em 1687, ano em que os conflitos se mostraram bastante acirrados, o Governador Geral determinou, a pedido do capitão-mor e do Senado da Câmara, que o coronel da casa real Antônio de Albuquerque Câmara comandasse as forças militares vindas de Pernambuco e da Paraíba no

³⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 72.

³⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 80.

³⁷ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 41.

³⁸ Esta aliança de paz realizada entre índios da nação Potiguara e colonizadores, foi citada no capítulo 1.1, de acordo com os escritos de Frei Vicente do Salvador, em 1627.

³⁹ MATTOS, Monteiro. Denise. Op. cit., p. 81.

combate às tribos sublevadas do Rio Grande.⁴⁰ Com a chegada de reforços enviados pelo governo colonial, os portugueses passaram a obter vantagens nestes conflitos, já que foram enviados, em fins da década de 1680, àquelas capitanias o apoio militar dos bandeirantes paulistas que com sua forma de combater os indígenas sublevados conseguiram vitórias decisivas a favor dos portugueses.

O governo colonial oferecia diversas vantagens para que os paulistas se interessassem em combater àqueles indígenas, dentre as quais, o recebimento de soldos e patentes militares, terras, títulos honoríficos, como os de “fidalgo cavaleiro” ou “membro da Ordem de Cristo”. Além disto, os que se habilitassem a lutar contra os indígenas na Guerra dos Bárbaros, ganhariam também o direito de cativá-los e escravizá-los⁴¹. Assim, o Governo Geral enviou uma carta, no ano de 1688, endereçada ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho tentando convencê-lo a marchar para Pernambuco para combater a sublevação tapuia:

Espero que não só terão todas as glórias de degolarem os bárbaros, mas a utilidade dos que aprisionam, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, [...] que fossem cativos todos os bárbaros que nela se aprisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611.”⁴²

Domingos Jorge Velho junto com outro bandeirante paulista, Matias Cardoso de Almeida, foram nomes bastante destacados na luta contra os gentios do sertão, na Guerra dos Bárbaros. Desta forma, depois de várias campanhas bem sucedidas contra a resistência indígena, a situação se tornava cada vez mais favorável para as forças coloniais. O interesse pelas vantagens oferecidas àqueles que lutassem contra os indígenas rebelados, principalmente o direito de escravizar índios prisioneiros, impulsionava muitos a tentarem derrotar os índios sublevados, embora a fazenda real tivesse enfrentado dificuldades para manter as tropas de soldados que lutavam nesta guerra. Segundo Cascudo, por vezes os próprios colonos sustentavam as tropas que iam até a ribeira do Açu guerrear contra os índios, pois o governo colonial esquecia-se de enviar mantimentos para estes combatentes, isto correu mesmo com os pedidos de ajuda enviados ao Governo Geral pelo Senado da Câmara.⁴³

Muitas foram as baixas sofridas pelos tapuias envolvidos na guerra a partir da chegada dos paulistas. Muitos índios se tornaram cativos, outros tantos morreram na tentativa de resistir ao processo de colonização do sertão. Depois de tantas derrotas, e da ameaça da escravidão,

⁴⁰ LIRA, A. Tavares de. Op. cit., p. 110.

⁴¹ MATTOS, Denise. Op. cit., 84.

⁴² Carta do Governador Geral Matias da Cunha para Domingos Jorge Velho, transcrita em: PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 134.

⁴³ CASCCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 73.

restava-lhes apenas a rendição aos acordos de paz propostos pelos colonizadores. Com a importante vitória das tropas comandadas pelo capitão-mor Cristóvão de Mendonça Arrais sobre os “bárbaros”, o principal *Canindé*, tido como o rei dos Janduí, cuja sua liderança era sentida em aldeias de Pernambuco, Paraíba e do Rio Grande, havia sido capturado, no ano de 1689. Dois anos depois deste ocorrido, o Bandeirante Domingos Jorge Velho mandou libertar o principal Canindé. Nesta ocasião, este foi convencido a enviar ao Governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho um pedido de paz, no início de 1692. Em abril do mesmo ano, após dias de debate e reflexão, as propostas de paz foram estabelecidas e aceitas pelos Janduí e as autoridades coloniais.⁴⁴ O estabelecimento destes importantes Tratados de paz e suas conseqüências serão estudados nos capítulos seguintes.

2.3 O ASSENTAMENTO DAS PAZES ENTRE OS COLONIZADORES E TAPUIAS.

Após terem oferecido forte resistência e tendo conseguido significativas vitórias sobre os luso-brasileiros, como já foi dito, os tapuias passaram a sofrer derrotas sucessivas das tropas coloniais lideradas pelos bandeirantes paulistas, enviados pelo Governo Geral para tentar conter estes levantes ocorridos nas capitanias do Norte da colônia. Não suportando mais as derrotas e as conseqüências desta guerra: mortes, escravidão e destruição de sua cultura, os indígenas do sertão passaram em sua maioria a “solicitar” a paz aos seus rivais de batalhas, os colonizadores portugueses. Assim, se destacou neste caso da Guerra dos Bárbaros mais uma vez a ação dos chefes indígenas, que, como foi dito anteriormente, tinham a responsabilidade de levar às aldeias que estavam sob a sua influência as propostas de paz produzidas pelos seus opositores. Para Fátima Martins Lopes, foi importante a atuação destes chefes indígenas no processo de conquista portuguesa da capitania Rio Grande, assim como das capitanias vizinhas, devido a sua atuação no assentamento das alianças de paz que existiram entre indígenas e colonizadores.

O chefe indígena Canindé, citado no capítulo anterior, tinha influência sobre várias aldeias de Janduí localizadas tanto no Rio Grande, como em capitanias vizinhas. Sua atuação foi primordial, no sentido de convencer os indígenas destas aldeias a aceitarem os acordos que resultaram no abrandamento da resistência indígena no sertão ao Norte da colônia. Em 5 de abril de 1692, o chefe dos Janduí, Canindé, enviou ao Governador-Geral uma proposta de paz que

⁴⁴ Os Trados de Paz estabelecidos entre os Janduí e os colonizadores encontram-se disponíveis nos anexos nas páginas 63-65.

mudaria definitivamente os rumos da Guerra dos Bárbaros em favor dos colonizadores, pois foi a partir do estabelecimento deste acordo que se iniciou a rendição gradual dos povos tapuias, levando desta forma os luso-brasileiros à concretização da conquista definitiva de todo território afetado por estes conflitos. A partir das capitulações realizadas entre o Governador Geral, Antônio Luís Gonçalves da Câmara e o chefe Canindé, podemos ter idéia de como se deram as negociações da primeira aliança de paz existente entre os Janduí e os colonizadores portugueses, através desta transcrição feita por Ernesto Ennes:

Em os sinco de Abril deste presente anno, chegaram a esta cidade da Bahia Joseph de Abreu Vidal, tio do Canindé Rey dos Janduíns, Mayoral de três aldeias sujeitas ao mesmo Rey; e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, Mayoral de três aldeias sujeitar também ao mesmo Canidé, e com elles o capitão João Paes Florian, Português, em nome do seu sogro putativo, chamado Neongugê; Mayoral da aldeia sucuru da mesma nação Janduim, e cunhado recíproco do dito Rey Canindé, a cuja obediência, e poder absoluto esta sujeita toda a nação Janduim, dividida em vinte e duas aldeias sitas no sertão q. sobre as Capitánias de Pernambuco, Itamaracá, Parahiba, e Rio Grande; nas quaes há trese, para quatorze mil almas, e sinco mil hômes de arcos, destros nas armas de fogo.⁴⁵

Após o envio do referido pedido de “paz perpétua” em 5 de abril de 1692, iniciaram-se os debates e reflexões acerca dos termos a serem estabelecidos neste acordo pretendido entre os Janduí e o Governo colonial. Cinco dias foram necessários para que o lado português decidisse finalmente quais seriam as condições para que fossem assentadas as pazes com aqueles nativos. Assim, em 10 de abril de 1692 a “paz” foi selada entre as aldeias lideradas pelo chefe Canindé e os colonizadores portugueses.⁴⁶

Após a aceitação das propostas redigidas naqueles Tratados de paz os Janduí teriam que se submeter de fato às imposições da Coroa portuguesa. De acordo com a primeira das proposições feitas a estes nativos, ficava determinado que todas as aldeias que estavam sob influência do chefe Canindé passassem, a partir do selamento daquele Tratado, a reconhecer o rei de Portugal como seu rei natural. Também deveria o chefe dos Janduí, Canindé, assim como todos os outros maiores daquelas aldeias, jurar em nome de todos os nativos daquele povo obediência, vassalagem e sujeição às leis impostas pela Coroa real portuguesa. Este acordo fechado com aqueles nativos também garantiria para os colonizadores o apoio e a sujeição das gerações futuras de Janduí, conforme estava escrito no assento das pazes redigido pelos portugueses.⁴⁷

⁴⁵ Apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açú e Seridó*, p. 132-135.

⁴⁶ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 158.

⁴⁷ As proposições do Acordo de paz realizado entre os Janduí e os portugueses podem ser vistas no anexo 1, p. 63-69.

Além do juramento de sujeição e de obediência à Coroa portuguesa, os Janduí ainda tinham que aceitar os ensinamentos e o batismo cristãos, estes nativos assegurariam desta forma, de acordo com o Tratado, o direito à liberdade garantida pela Coroa portuguesa aos índios pacificados. Torna-se importante lembrar que, não foi somente a partir deste Tratado realizado com os Janduí que a Legislação portuguesa passou a garantir o direito à liberdade para os chamados “*índios mansos*”. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, embora a documentação referente à Legislação indigenista tenha demonstrado o quanto as leis que determinavam a liberdade ou a escravidão dos nativos eram oscilantes e contraditórias, ainda assim, segundo ela, no caso de “índios aldeados e aliados é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização”.⁴⁸ Sobre esta questão da liberdade conquistada pelos Janduí a partir da realização do Tratado de paz com os portugueses, e outras questões que levaram estes nativos a pedirem a “paz perpétua” aos colonizadores, assim como todas as imposições que os portugueses fizeram a estes nativos através deste acordo, trataremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Junto com o pedido de paz por parte dos Janduí, também passaram a existir as dúvidas sobre quais seriam os reais motivos para que estes nativos desistissem de lutar contra os lusobrasileiros. As autoridades coloniais e reais desenvolveram esta preocupação devido ao temor que estes tinham de enfrentar novamente a sublevação daqueles Janduí, caso estes desistissem de cumprir os termos redigidos no Tratado de paz, pois de acordo com a visão dos colonizadores estes nativos eram considerados “inconstantes e de pouca palavra”.⁴⁹ Portanto, se fazia necessário para as autoridades coloniais terem certeza que os Janduí tinham motivos realmente fortes para cumprirem a promessa de submissão e obediência a Coroa portuguesa. Para evitar que aqueles nativos desistissem de selar o acordo de paz, as autoridades coloniais envolvidas com a realização deste Tratado se prontificaram em confirmar rapidamente as pazes. Desta forma, apesar de permanecerem as dúvidas sobre o cumprimento deste acordo por parte dos Janduí, tanto o Conselho Ultramarino, como o Governador Geral aceitaram confirmar as capitulações de obediência realizadas com aqueles nativos como relatou Puntoni.⁵⁰

Mesmo com a agilidade por parte das autoridades reais e coloniais em assentar as ditas pazes com os Janduí, isto não significou a rendição total e imediata de todos os indígenas sublevados na Guerra dos Bárbaros. Muitas aldeias de tapuias continuaram oferecendo resistência aos colonizadores das capitanias afetadas por aqueles conflitos por vários anos, até que grande

⁴⁸ PERRONI-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Princípios da Legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org), *História dos índios no Brasil*, p. 117.

⁴⁹ Palavras proferidas por Câmara Coutinho ao rei de Portugal, através de carta, onde aquele relata a ocorrência do pedido de paz feito pelo rei do povo Janduí e a sua pouca crença na palavra destes nativos. Carta citada em: TAUNAY, Affonso E. *A Guerra dos Bárbaros*, p. 133-134.

⁵⁰ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 159-160.

parte das aldeias de indígenas “rebeldes” solicitasse as pazes aos colonizadores. Este Tratado de paz fechado entre o povo Janduí e o Governo colonial foi o primeiro dos três ocorridos entre este último e os nativos do sertão que lutavam na Guerra dos Bárbaros. No ano de 1695 os Janduí da Ribeira do rio Açu ratificam as pazes com os portugueses. Por fim, os Tapuias Ariús Pequenos também selam as pazes com os colonizadores, em 1697. Porém, antes que ocorressem estes outros assentos de paz muitas batalhas ainda foram travadas entre colonizadores e indígenas do sertão.

Depois do primeiro Tratado de paz, Puntoni relata que o Bandeirante Matias Cardoso ainda continuou em campanha contra as aldeias sublevadas pelo menos até o ano de 1694. Para afirmar isto Puntoni baseou-se numa carta escrita no ano seguinte pelo Secretário Geral do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco ao Conde de Alvor, presidente do Conselho Ultramarino. Nesta carta Ravasco relata que Matias Cardoso havia abandonado a Capitania do Rio Grande, onde lutava contra os Tapuias, e teria rumado até o São Francisco, “onde estabeleceu rendosas fazendas de gados”.⁵¹

Muitos dos indígenas que aceitaram as pazes foram retirados pelas autoridades coloniais do sertão e levados para o litoral, onde foram sendo reduzidos e enviados inicialmente para as missões de *Guajiru e Guarairas*, onde já estavam aldeados indígenas da nação dos Potiguara.⁵² Estas aldeias eram situadas próximas às zonas mais povoadas das capitanias do Norte, para que assim estivessem sob a vigilância dos colonizadores e moradores daquelas capitanias. Porém, segundo Denise Mattos Monteiro, devido a sua inadaptação a este meio (aldeias localizadas no litoral), tribos de Janduí, Paiacu e outros se insurgiram, retornando a luta nos vales dos rios Açu, Jaguaribe e Parnaíba.⁵³

Mesmo após o estabelecimento deste primeiro Tratado de paz com os Janduí, a situação ainda era difícil para os moradores das capitanias afetadas pela Guerra dos Bárbaros, sobretudo no Rio Grande onde, como já foi dito, constituiu seu principal foco de conflitos. De acordo com uma Representação da Câmara de Natal datada do ano de 1693, a situação dos moradores desta cidade era muito grave depois de oito anos de guerra, visto que estes não conseguiam mais se dedicar aos cuidados às culturas e criações de gado. A resistência indígena, amenizada com a realização do Tratado de 1692, unida com outros fatores, tais como, as péssimas condições em que se encontravam as tropas paulistas que haviam se deslocado até o local destes conflitos, teriam segundo esta Representação da Câmara, desestimulado os soldados das tropas paulistas a continuarem a lutar contra os índios rebelados. Ainda segundo este mesmo Regimento da Câmara,

⁵¹ Carta citada em *Ibid*, p. 163.

⁵² LOPES, Fátima Martins. *Op. cit.*, p. 170-172.

⁵³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Op. cit.*, p. 87.

muitos destes soldados partiram do Rio Grande, pois os mantimentos enviados pelo Governo colonial eram escassos, além disto, seus pagamentos de soldos estavam quase sempre em atraso.⁵⁴ Outro fator de grande importância para explicar a falta de estímulo dos Bandeirantes em continuar a luta, era a incerteza quanto a legalidade ou proibição do cativo dos índios aprisionados durante a guerra. A promessa por parte das autoridades coloniais de permitir aprisionamento de cativos, aos que lutassem contra a resistência indígena no sertão, motivou muitos paulistas a fazerem parte das tropas de bandeirantes que vieram ao Rio Grande e as capitanias vizinhas. Sendo assim, a possibilidade de não poderem escravizar os índios capturados, tirava-lhes toda a vontade de continuar lutando. Desta forma, com o abandono cada vez mais freqüente por parte dos paulistas, havia o temor que os índios rebelados tomassem conta da situação e “que a guerra se espalhasse pelo resto do Estado do Brasil”.⁵⁵

Apesar dos conflitos entre Tapuias e colonizadores continuarem existindo ainda por vários anos após a primeira aliança de paz, fato é que a resistência indígena foi retrocedendo com o passar do tempo, após a realização e afirmação de acordos entre índios do sertão e luso-brasileiros. Em fins da década de 1690, já se encontravam “pacificados” grande parte dos índios que haviam lutado contra os colonizadores, deixando desta forma o caminho livre para que estes dessem continuidade ao processo de expansão da pecuária, assim como também o povoamento do sertão ao Norte da colônia. Em carta régia, escrita em 1697, o rei de Portugal, relata a sua satisfação em reconduzir ao cargo de capitã-mor Bernardo Vieira de Melo pelos bons resultados obtidos durante seu governo, na luta contra os indígenas rebelados. Neste documento podemos ter idéia da situação da capitania do Rio Grande após a rendição de grande parte dos tapuias após a realização das pazes:

*Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto o que me representastes a cerca da grande utilidade que se segue ao meu serviço e conveniência dos moradores dessa capitania da assistência a que Bernardo Vieira de Melo tem nela feito depois que exercia o posto de capitão-mor, em que fui servido prove-lo, por se ter havido nele a disposição, reduzindo todo o gentio a uma universal paz, por cuja causa se acham estes sertões com grande principio de povoação, capitania em sossego, a justiça administrada com retidão e todos desejosos de que continue no exercício do dito posto.*⁵⁶

Este documento demonstra o quanto à capitania do Rio Grande já desfrutava de uma relativa paz, mesmo existindo ataques por parte de alguns índios ainda não pacificados. Demonstra

⁵⁴ Representação da Câmara de Natal, 29/07/1693. Citada em PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 160.

⁵⁵ Carta de Sebastião Pimentel datada de 1693, Citada em: Ibid, p. 162.

⁵⁶ Carta régia de 18/ 11/ 1697, escrita em resposta à solicitação do Senado da Câmara da capitania do Rio Grande. Citada em: LIRA, A. Tavares. Op. cit., p. 122-123.

também o início do repovoamento desta capitania como resultado da concretização das pazes com os índios. Pois, como observou Tavares de Lira:

Foi após o restabelecimento da paz [...], com o quase extermínio dos índios, que elementos diferentes, em busca de ambicionadas riquezas... sobretudo criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes na capitania, começaram a entrar na formação da nova sociedade. Era uma realidade do povoamento dos sertões.⁵⁷

Segundo observou Denise Mattos Monteiro, mesmo com a diminuição dos conflitos, a ocupação da capitania do Rio Grande não se deu de forma pacífica, pois surgiram outros conflitos envolvendo não apenas índios rebeldes, mas também os próprios colonos, que passaram à brigar entre si pela disputa de terras desocupadas nesta capitânia.

Neste contexto, povoar significava também promover a catequese destes índios aldeados para que estes se mantivessem sempre obedientes aos colonizadores, para que assim fossem evitadas novas revoltas e para que aqueles indígenas passassem a servir como mão-de-obra para os trabalhos comandados pelos moradores das capitanias onde ocorria este fato. Este processo de aldeamento dos índios submissos, e outras conseqüências importantes geradas pelo estabelecimento dos Tratados de paz, que puseram fim a Guerra dos Bárbaros, serão assuntos abordados de forma mais aprofundada em capítulos mais adiante.

2.4 “VANTAGENS” E OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS PELOS TRATADOS DE PAZ.

As pazes tratadas entre colonizadores e as várias aldeias de tapuias na última década do século XVII, como todos os acordos, estabeleciam vantagens para ambas as partes envolvidas com este processo. Pretendo analisar neste capítulo as vantagens oferecidas nas capitulações de paz, tanto para os tapuias como para os portugueses, estes responsáveis por produzirem os termos redigidos naqueles acordos de paz. Desta forma, de acordo com a leitura e análise das já citadas capitulações de paz, percebe-se que os portugueses, tentaram passar para os índios envolvidos nestas alianças, a idéia de que para estes seria muito vantajoso aceitarem as proposições de paz; visto que segundo a lógica dos portugueses, para aqueles indígenas a aceitação da submissão ao rei de Portugal e às autoridades coloniais, lhes proporcionariam muito mais que liberdade e o fim dos ataques das tropas paulistas, também poderiam integrá-los ao mundo “civilizado”, cujo referencial

⁵⁷ LIRA, A. Tavares. Op. cit., p. 123.

era a cultura européia, através dos ensinamentos da doutrina cristã. Assim, importantes “benefícios” foram prometidos aos tapuias rendidos. Porém, com a confirmação das pazes muitas destas promessas não foram cumpridas pelas autoridades coloniais e reais, o que gerou muitas vezes, como já foi dito antes, o reinício dos levantes por parte de algumas destas aldeias tapuias.

Para Puntoni este Tratado entre o povo Janduí e autoridades coloniais, deve ser entendido mais como uma capitulação de obediência do que como um acordo de paz, visto que para aqueles indígenas não restaria outra alternativa que não fosse a de se submeter aos portugueses, para que assim continuassem a preservar sua sobrevivência e liberdade, ainda que esta fosse restrita e vigiada pelas autoridades coloniais. Porém, não era desta forma que pensavam os colonizadores, pois já neste primeiro Tratado de paz realizado com os Janduí em 1692, um dos termos das capitulações redigidas neste acordo, deixava entendido que os indígenas estariam aceitando de livre e espontânea vontade, pois que “desejavam seguir a lei cristã dos portugueses, sendo para este fim tratados como gente livre, e não oprimidos contra a sua vontade”.⁵⁸ Para estes indígenas não era uma questão de desejar seguir a fé cristã e abrir mão da sua própria religiosidade e cultura por vontade própria, mas sim de aceitar contra sua vontade os ensinamentos do cristianismo, pois aldeados e catequizados, teriam os índios submissos a proteção dos jesuítas contra a escravidão imposta aos índios “rebeldes”, pois como afirmou Frei Vicente do Salvador “[...]os (indígenas) que se metem na Igreja não os cativam, antes os doutrinam e os defendem.”⁵⁹ Proibida a escravidão aos índios submissos, e conseqüentemente aldeados, também não seria permitido aos moradores da capitania ou a qualquer autoridade colonial a venda destes indígenas, como deixou claro o item dois do tratado realizado em 1692 com os Janduí: “que o dito Rei (de Portugal) e seus sucessores sejam obrigados a guardar-lhe [...] A liberdade de suas aldeias [...] e que nenhuma pessoa da nação Janduí possa ser escrava nem vendida por qualquer título, motivo ou ocasião [...]”⁶⁰

Para os colonizadores o processo de aldeamento destes índios, poderia proporcionar mão-de-obra para os trabalhos a serem realizados junto aos moradores das povoações próximas a estas aldeias. Assim, uma vez que aldeados, estes indígenas teriam a obrigação de prestar serviços aos colonos em “suas lavouras, currais, pescarias e engenhos [...]”. Também deveriam fornecer alguns índios Janduí aldeados para realizarem os trabalhos de reedificação do forte do Rio Grande, mediante pagamento de salário como determinava o oitavo item do acordo de paz feito com os Janduí. Ainda de acordo com este termo, ficava determinado também que os colonos que deixassem de cumprir os pagamentos devidos aos indígenas aldeados, seriam obrigados pelas

⁵⁸ Terceiro termo do acordo realizado entre os Janduí e os colonizadores portugueses em 1692. Ver anexo 1.

⁵⁹ SALVADOR, Vicente do. Op. cit, p. 273.

⁶⁰ Ver anexo 1.

autoridades da capitania onde estavam estabelecidos a pagarem os salários devidos para aqueles indígenas.⁶¹

Segundo observou Taunay, o governo do Brasil, na época da realização destes acordos, procuravam praticar “o velho processo romano de estabelecimento de núcleos de gente diversa entre os povos subjugados, como forma de tentar reduzir as possibilidades de novos levantes de índios mansos”. Ainda segundo Taunay, era de preocupação também do governo português promover o povoamento das capitanias afetadas com a Guerra dos Bárbaros com aldeias de indígenas submissos, para tentar diminuir os ataques dos chamados “bárbaros”.⁶² Visto que os Janduí “pacificados” também tinham que prestar serviço de defesa aos povoados habitados pelos colonos, e lutar contra aqueles nativos que ainda não haviam se rendido e que atacavam estas povoações. Além disto, deveriam se comprometer em fornecer “cinco mil homens de armas” de suas aldeias para lutarem ao lado dos portugueses em caso destes se envolverem em conflitos com outras nações, devendo também estes Janduí se tornarem “amigos das nações de que os portugueses o forem e inimigos das contrárias à nação dos portugueses”.⁶³

Se por um lado os Janduí rendidos tinham que prestar apoio guerreiro aos luso-brasileiros em caso de necessidade de acordo com os termos de paz realizados com estes indígenas, por outro lado, também foi estabelecido pelo dito acordo que estes indígenas não sofreriam mais com a perseguição e os ataques das tropas formadas pelos bandeirantes paulistas ou de qualquer outra autoridade colonial.

Para o sustento destas aldeias, ficou estabelecida em um dos termos do acordo, liberdade para que aqueles indígenas pudessem continuar a praticar a pesca, caça, nos rios e praias. Também poderiam plantar seus mantimentos nas terras concedidas pelas autoridades coloniais, estas se estenderiam num raio de dez léguas em torno de suas aldeias.⁶⁴ De acordo com Fátima Martins Lopes, “na capitulação assinada pelos Canindés, em 1692, ficou estabelecido que eles receberiam terras no sertão[...], porém não houve a demarcação de tais terras por terem já sido distribuídas a sesmeiros e por continuarem os conflitos na área do Seridó”.⁶⁵ Isto fez com que as autoridades da capitania do Rio Grande conduzissem estes índios Canindé à missão de aldeamento localizado na Ribeira do Jundiá-Perereba. Este fato demonstra que alguns dos termos estabelecidos nos acordos

⁶¹ Determinações do acordo de paz realizado entre os Janduí e os colonizadores portugueses. Ver anexo 1.

⁶² TAUNAY. Affonso E. Op. cit., p. 138-152.

⁶³ Trecho retirado do quinto item do Tratado realizado com os Janduí, segundo o qual ficava determinado que os Janduí se comprometessem a dar apoio guerreiro aos portugueses, fornecendo homens para guerrear em caso de ataques de outros povos.

⁶⁴ Determinação do 7º termo do tratado paz realizado com os Janduí. Ver anexo 1.

⁶⁵ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 175-176.

de paz realizados com tapuias nem sempre foram concretizados tal como havia sido prometido pelos colonizadores nas capitulações de paz.

Além do interesse em expandir a pecuária pelo sertão das capitanias do Norte, estavam os colonizadores empenhados em encontrar outras riquezas que viessem a gerar mais lucros para a Coroa portuguesa. Por isto, foi também estabelecido, de acordo com o referido Tratado de paz, que os Janduí rendidos deveriam comunicar a existência de metais preciosos, tais como, ouro, prata e ferro às autoridades coloniais caso estes metais fossem encontrados por aqueles indígenas.

Como já foi dito no capítulo anterior, três anos após o estabelecimento do primeiro Tratado de paz realizado entre o povo Janduí e os colonizadores, aqueles indígenas procuraram mais uma vez as autoridades coloniais para reafirmarem os termos propostos neste acordo de 1692. Este segundo acordo feito com os tapuias Janduí da Ribeira do Açu, além confirmar as determinações dos primeiro acordo, acentuou mais ainda a submissão destes indígenas aos colonizadores portugueses.

Este tratado ocorrido em 1695 na cidade de Natal na capitania do Rio Grande, sendo os Janduí representados desta vez pelo chefe Taya Açu. Este fato ocorreu durante o governo do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo. Nesta ratificação de paz foram acrescentados alguns termos novos. Primeiramente determinaram as autoridades da colônia que os Janduí descendo dos sertões para o litoral não poderiam mais levar consigo as suas armas.⁶⁶ Certamente esta determinação demonstra o quanto as autoridades coloniais estavam preocupadas com a possibilidade destes indígenas utilizarem este armamento para promover novos ataques às povoações do litoral, principalmente do Rio Grande, onde a concentração de indígenas Janduí era maior do que nas capitanias vizinhas. Pois, mesmo com o fato destes indígenas já estarem rendidos desde a ocorrência do primeiro Tratado de paz em 1692, eram, como já foi dito anteriormente, vistos pelos colonizadores como “inconstantes e de pouca palavra”. Portanto, a determinação deste termo exposto na ratificação de paz provavelmente foi feita pelas autoridades coloniais para prevenir novos levantes destes janduí vindos do sertão.

Foi determinado também neste Tratado que os Janduí já pacificados não poderiam acolher nas aldeias em que habitavam índios escravizados e fugidos dos moradores das povoações. Os índios submetidos a este acordo passariam a ter obrigação de prender os cativos que promovessem fuga, para que estes fossem devolvidos aos seus donos. Para isto, estabelecia o acordo, que os indígenas que prestassem este serviço fossem devidamente pagos pelo seu trabalho.

⁶⁶ Ver anexo da Ratificação das pazes dos Janduí com os colonizadores em 1695, p. 66.

Esta ratificação de paz informava ainda que, já havendo indígenas tapuias batizados e catequizados no cristianismo, não poderiam aqueles Janduí rendidos os levarem para o sertão, visto que temiam os colonizadores que estes índios já “pacificados” e cristianizados voltassem “ao barbarismo”, pois de acordo o pensamento dos colonizadores e conforme foi estabelecido neste termo de paz, estavam todos os indígenas catequizados “[...]voluntariamente contentes e satisfeitos na companhia dos brancos”.⁶⁷

Ao reafirmarem as pazes com Janduí, os portugueses se comprometeram mais uma vez à providenciar terras para aqueles indígenas, para que estes pudessem ser aldeados. Desta vez as terras prometidas pelo capitão-mor do Rio Grande seriam, de acordo com este Tratado, localizadas na Ribeira do Ceará - Mirim, onde teriam estes tapuias melhores condições de exercerem suas atividades agrícolas, pois na ribeira do Açu, onde viviam até aquele momento, não eram oferecidas condições necessárias para que eles cultivassem suas roças, visto que era uma terra muito seca. As autoridades da capitania também prometeram na ratificação das pazes, providenciar aos Janduí ferramentas para eles pudessem se capacitar para os trabalhos exercidos nas suas aldeias.

No ano de 1697, assim como os Janduí, resolvem pedir a paz os tapuias *Ariús Pequenos*, que também não suportando mais o efeito dos conflitos que dizimara grande parte dos guerreiros do seu povo, e que ainda poderia levá-los a escravidão em caso de derrotas nestas batalhas, resolveram se submeter aos termos de rendição propostos pelos colonizadores. Este Tratado, assim como o anterior feito com os Janduí, também ocorreu na Cidade do Natal, ainda durante o governo do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, sendo estes tapuias representados pelo chefe conhecido pelo nome de Peca, na ocasião teria este principal se deslocado dos sertões do Rio Grande para tentar selar as ditas pazes com as autoridades desta capitania.

Tal acordo contava exatamente com os mesmos termos que haviam sido estabelecidos na ratificação de paz realizada com os Janduí da ribeira do Açu, pois neste caso também foi estabelecido, além da rendição destes indígenas Ariús Pequenos, entre outras determinações, o apoio guerreiro que estes deveriam oferecer aos colonizadores e ajuda destes tapuias na captura de escravos fugitivos, assim como também no povoamento dos sertões. E assim como o primeiro Tratado selado em 1692, também submetia estes indígenas à vassalagem ao rei do Portugal, devendo estes tapuias, conforme dito neste acordo, também se comprometerem a “[...] servir e obedecer aos seus governadores e aos capitães-mores com pronta obediência [...]”⁶⁸ Ao mesmo tempo se comprometiam as autoridades coloniais a perdoarem estes indígenas pela resistência oferecida durante a Guerra dos Bárbaros, como já haviam feito nos Tratados anteriores.

⁶⁷ Trecho retirado do quinto termo da ratificação das pazes do portugueses com os Janduí. Ver anexo 2.

⁶⁸ Tratado realizado entre os colonizadores e os Ariús Pequenos. Ver anexo 3.

Para Puntoni há uma grande dificuldade em estabelecer as verdadeiras razões que teriam levado as autoridades locais a redigirem no Tratado de paz feito com os Ariús Pequenos os mesmos termos de rendição que haviam sido propostos na Ratificação de paz realizada com os Janduis em 1695. Segundo este historiador, esta dificuldade reside no fato de não haver na escassa documentação referente à ocorrência destes tratados “[...] algum procedimento protocolar na sua redação que justificasse a cópia exata destes termos nestes diplomas.”⁶⁹

2.5 ANÁLISE DOS TRATADOS: INTERESSES E PERSPECTIVAS.

Infelizmente não se têm notícias de documentos produzidos pelos indígenas durante o processo de conquista e colonização do território que hoje corresponde ao Brasil. A pouca documentação referente aos povos indígenas durante o período colonial brasileiro foi produzida quase que totalmente pelos portugueses, e segundo observou John Hemming, os nativos não deixaram nenhuma informação escrita sobre a sua luta contra os colonizadores.⁷⁰ Desta forma não pudemos conhecer a versão dos indígenas quando estes ofereceram resistência ao processo de conquista e colonização. Os Tratados de paz citados anteriormente, demonstram a versão dos acontecimentos contada somente pelo lado dos colonizadores. Estes documentos são importantes para a análise do pensamento dos colonizadores portugueses durante o período em foram realizados estes acordos, embora, o fato de terem sido redigidos pelas autoridades coloniais, infelizmente nos impeça de conhecer a versão dos indígenas sobre este acontecimento.

Com a leitura e análise dos tratados de paz realizados entre tapuias e autoridades coloniais na década de 1690, percebe-se a influencia da mentalidade cristã, predominante na Europa do século XVII, época em que ocorreram estes acordos. Os termos redigidos nestas rendições de paz demonstram o interesse da Igreja em conseguir converter os nativos de toda a colônia à religião católica, e como determinava uma das capitulações do Tratado selado com os Janduí em 1692, os índios de todas aquelas aldeias deveriam “[...] ser batizados e seguir a lei cristã”, para assim conseguirem ter liberdade. Para os religiosos que se aventuravam em doutrinar aqueles indígenas, estes Tratados foram essenciais, visto que rendidos os nativos, poderiam estes religiosos iniciar a sua conversão e catequese.

De acordo com sua visão eurocêntrica, os colonizadores se sentiam portadores da civilização, e portanto, esta deveria ser levada aos povos colonizados, considerados pelos europeus

⁶⁹ PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 177.

⁷⁰ Citado em: Ibid, p. 79.

como inferiores e desprovidos de qualquer traço civilizatório. Desta forma, cristianizar os nativos seria uma forma de introduzi-los neste processo de civilização proposto pelos portugueses. Desta forma, fica claro nestas rendições de paz, que a tentativa de conversão dos indígenas ao catolicismo, funcionou como justificativa para que os colonizadores promovessem a guerra e subjugassem aqueles nativos que não aceitassem se submeter aos ensinamentos cristãos e ao processo de aldeamento imposto aos índios “mansos”.

Como se sabe, os interesses dos colonizadores não eram apenas levar aos indígenas a “civilização” e a doutrina católica. A política mercantilista, onde o objetivo principal era a obtenção de lucros, se fazia presente na mentalidade européia daquela época (século XVII), e também é claramente percebida na redação destes termos de paz propostos aos povos tapuias. De acordo com esta mentalidade mercantilista, os colonizadores portugueses deveriam explorar ao máximo as riquezas das colônias, onde aí se inclui a América portuguesa. Assim os povos nativos colonizados, neste caso os indígenas, serviram como mão-de-obra para obra colonizadora. Assim, objetivando conseguir lucros, os portugueses aproveitavam-se destes acordos para transformarem aqueles indígenas em mão-de-obra para os trabalhos empreendidos pelos colonizadores, como foi estabelecido nos Tratados feitos com os tapuias. Além disto, sabendo que os nativos conheciam melhor as terras da colônia, poderiam ajudá-los no desbravamento daquelas regiões que ainda não haviam sido totalmente exploradas pelos colonizadores.

O acúmulo de metais preciosos também era um dos objetivos da política mercantilista, adotada pelos portugueses. Por isto, um destes termos de paz propostos aos nativos, estabelecia que caso fossem encontrados metais preciosos, tais como ouro e prata, deveriam estes indígenas avisar as autoridades coloniais.⁷¹

Outro aspecto importante destes Tratados é a forte influência que o poder real exercia sobre os súditos portugueses e os povos colonizados. Este fato também foi expresso nos termos de rendição feito com os povos tapuias. Assim, uma das exigências dos tratados de paz era a submissão dos “índios mansos” ao poder real, neste caso do rei português e às autoridades da colônia. Isto reflete os efeitos do Absolutismo monárquico, onde os reis exerciam grande poder sobre os seus súditos, fossem eles portugueses ou nativos das suas colônias, como no caso da América portuguesa. Assim, deveriam aqueles tapuias, se tornarem vassalos “[...] do poderoso rei de Portugal”, de acordo com as determinações destes tratados de paz realizados entre estes nativos e os portugueses.

⁷¹ 6º termo do Tratado de paz realizado entre colonizadores e os Janduí. Ver anexo 1, p. 63.

Assim, Conclui-se que os referidos Tratados de paz realizados no final do século XVII, expressam uma mentalidade fortemente influenciada pelo catolicismo, assim como também demonstra a influência do ^{naturis e mercantibus} mercantilismo comercial, que se fez tão presente na mentalidade dos povos advindos das grandes potências europeias da época, onde se incluiu Portugal e sua política de exploração das colônias e dos povos nativos que habitavam estes territórios. O grande poder acumulado pelos reis europeus também foi expresso nestes acordos de paz, quando passaram os tapuias a se tornarem vassallos da Coroa portuguesa, isto implicava dizer que, se por um lado os indígenas rendidos tinham conquistado a “liberdade”, por outro lado esta era restrita e vigiada pelas autoridades coloniais, visto que estes nativos haviam se tornado súditos do rei, passando desta forma a terem que se submeter ao poder real.

CAPÍTULO III
CONSEQUÊNCIAS DOS TRATADOS DE PAZ

3.1 SUBMISSÃO TAPUIA

Após a realização dos referidos Tratados de paz, parte significativa dos tapuias encontravam-se submissos às autoridades coloniais, e já não ofereciam resistência ao processo colonizador português, embora algumas destes povos do sertão tenham voltado ao combate aos colonizadores devido a inadaptação ao novo estilo de vida imposto à estes nativos. Os tapuias, como dito anteriormente, foram gradualmente passando pelo processo de *redução religiosa*, e sendo transferidos para aldeias localizadas no litoral, onde seu trabalho seria mais bem aproveitado, do que no sertão. Na região litorânea o trabalho destes indígenas seria largamente solicitado nas roças agrícolas dos moradores das povoações de colonos, enquanto que no sertão a criação de gado e a implantação dos currais não exigiam um grande número de mão-de-obra, e segundo Fátima Martins Lopes, era de interesse das autoridades coloniais despovoarem o sertão de indígenas, e povoarem com colonos. Por outro lado, aldeados num território desconhecido e cercado pela colonização, estes tapuias teriam chances menores de voltarem a se rebelar contra o projeto colonizador.⁷² O capitão-mor Agostinho César de Andrade concordava com os descimentos de tapuias rendidos para as regiões mais povoadas do Rio Grande, e segundo ele deveriam aqueles indígenas ficarem “[...] em distancia proporcionada, porque sendo muito distante fica menos sujeito a obediência que prometem”⁷³

De acordo com o combinado nos Tratados de paz realizados com os povos tapuias, o processo de aldeamento foi acompanhado pelo trabalho de catequese empreendido pelos missionários católicos. Estes religiosos, também se responsabilizavam em proteger os tapuias aldeados contra exploração ilegal do trabalho destes indígenas. Pois, mesmo com a garantia de proteção estabelecida pelos acordos realizados com os tapuias, muitas foram as situações em que, tanto os moradores dos povoados de colonos como as autoridades coloniais exploraram de forma ilegal a mão-de-obra dos tapuias reduzidos nas aldeias.

Até os salários, que deveriam ser pagos aos indígenas aldeados pelo seu trabalho, de acordo com o estabelecido nas capitulações de paz, muitas vezes não eram pagos pelas pessoas que contratavam seus serviços. Em várias ocasiões, estes tapuias reduzidos nas aldeias, também recebiam remunerações muito baixas, pois os salários pagos pelos serviços prestados por estes indígenas costumavam ser feito aos administradores das aldeias, que os repassavam apenas uma pequena parte destes pagamentos. Isto demonstra que os próprios missionários, responsáveis pela

⁷² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVII. *Revista de História*, ago./dez. 1993; ago./dez. 1994.

⁷³ Apud LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 176.

administração e proteção dos tapuias reduzidos, também se aproveitavam da condição de submissão destes indígenas para explorarem seu trabalho. Beatriz Perrone-Moisés, ao analisar a difícil situação dos indígenas reduzidos nos aldeamentos, onde se enquadravam os tapuias rendidos, observou que estes índios viviam “[...] pior do que os escravos: sobrecarregados, explorados, mandados de um lado para o outro, sem que a sua “vontade”, exigida pelas leis, fosse considerada.”⁷⁴

A exploração do trabalho dos tapuias reduzidos nos aldeamentos, a inadaptação destes indígenas a condição de submissos, assim como também o não cumprimento dos termos de paz estabelecidos com os colonizadores, geraram a volta de levantes por parte de algumas aldeias de tapuias que haviam sido “pacificados” após o selamento dos acordos de paz. Foram muitas as reclamações feitas pelos moradores das povoações localizadas próximas aos aldeamentos onde habitavam os tapuias reduzidos. Na capitania do Rio Grande, os chamados “*índios de corso*”-armados e montados à cavalo, matavam e roubavam gado, destruíam e se apossavam da produção agrícola dos povoados de colonos, gerando assim o aumento destas reclamações feitas às autoridades desta capitania contra estes índios.⁷⁵

A volta dos ataques por parte destes tapuias aldeados estava ligada também ao fato destes indígenas estarem sempre ocupados, visto que os capitães-mores e moradores das povoações solicitavam a sua mão-de-obra com frequência, sobrando pouco tempo para que os índios aldeados pudessem cuidar das suas próprias lavouras, gerando assim uma produção insuficiente de alimentos. Este fato dificultava a vida destes indígenas, que buscando a sobrevivência, promoviam roubos às plantações dos povoados de colonos. Além disto, quando os tapuias iam sendo reduzidos, passavam cerca de dois anos absorvendo os ensinamentos cristãos passados pelos missionários, e só depois deste período eram liberados para trabalhar para os colonos. Durante este período de doutrinação, os indígenas muitas vezes não tinham como prover seu sustento, esta situação levava estes tapuias a atacarem as povoações de moradores das capitanias onde estavam aldeados.⁷⁶

Os primeiros tapuias rendidos na Guerra dos Bárbaros eram enviados inicialmente para as missões de aldeamento habitadas por indígenas Potiguara. Os primeiros aldeamentos a receberem tapuias reduzidos foram os de Guajiru, Igramació e Guarairas. As dificuldades causadas pela inadaptação aos aldeamentos do litoral, assim como a difícil convivência com os Potiguara, aliados

⁷⁴ PERRONI-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., p. 121.

⁷⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 88.

⁷⁶ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 177.

dos portugueses desde o século XVI, levou muitos destes tapuias a promoverem fugas de volta ao sertão.

No Rio Grande a missão de Guajiru, localizada próxima a Lagoa de mesmo nome, recebeu índios tapuias do grupo *Panati*, que chegaram a se aliar aos portugueses e índios Potiguara contra tapuias “inimigos” que ainda resistiam aos colonizadores na Guerra dos Bárbaros. Porém, segundo Fátima Martins Lopes, mesmo com o aumento do apoio guerreiro contra os índios rebeldes, este acréscimo de tapuias na missão de Guajiru teria gerado fome e miséria neste aldeamento, uma vez que esta missão não tinha como suportar uma população tão grande. Esta situação teria feito com que os Panati aldeados saíssem à procura de alimentos fora deste aldeamento. A missão de Guajiru recebeu também indígenas Canindé rendidos. Estes, devido a difícil convivência com os Potiguara que já habitavam esta missão, tentaram promover fuga de volta para o sertão. Após o estabelecimento das pazes com os colonizadores em 1692, estes Canindé passaram a ser aldeados, por ordem do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, na Ribeira do rio Jundiá-Perereba, localizada no litoral sul desta capitania, onde permaneceram aldeados até o ano de 1699. E apesar desta missão ter sido formada inicialmente apenas por indígenas tapuias, mas uma vez estes Canindé não conseguiram se adaptar à este local e tentaram retornar novamente ao sertão, sendo impedidos desta vez pelas autoridades da capitania do Rio Grande. Em 1701, por ordem régia foram estes Canindé aldeados nas margens do rio Cunhaú, onde foi estabelecida a missão de Nossa Senhora do Amparo de Cunhaú.⁷⁷

A fuga promovida pelos indígenas reduzidos, como no caso destes Canindé, demonstra a insatisfação dos tapuias com a nova vida que estes passaram a ter nos aldeamentos. Esta situação mostra também que a realização dos Tratados de paz entre colonizadores e índios do sertão, não garantiu a submissão total destes indígenas, como queriam os luso-brasileiros. Desta forma, devido aos ataques cada vez mais frequentes por parte de alguns destes indígenas aldeados às povoações de colonos localizadas próximas às missões religiosas, novos conflitos foram desencadeados, e surgiu desta forma a necessidade da realização de novos acordos entre os indígenas revoltados e as autoridades coloniais e da metrópole.

Desta forma, ocorreu em 1702 a assinatura do “*Protesto de fidelidade*”, onde os colonizadores e vários grupos de tapuias, dentre os quais os Canindé e os Jandui, se comprometeram mais uma vez a manterem as pazes, já que as relações voltaram a se tornar conflituosas, devido aos choques esporádicos que existiam entre os moradores dos povoados e os índios tapuias aldeados. De acordo com o Protesto de Fidelidade, deveriam estes indígenas se

⁷⁷ Ibid, p. 177.

comprometer novamente a servirem a Coroa Portuguesa, lutar contra os índios insubmissos, se batizarem e aprenderem os ensinamentos do cristianismo. Em troca, a Coroa portuguesa também reafirmou as promessas feitas nos acordos anteriores, comprometendo-se em dar terras aos tapuias rendidos, onde eles pudessem estabelecer aldeamentos administrados pelos missionários religiosos, onde poderiam produzir roças agrícolas para conseguirem seu sustento. O recebimento de terras por parte dos Canindé na Ribeira do rio Cunhaú, como foi citado anteriormente, onde estes indígenas estabeleceram o aldeamento de Nossa Senhora do Amparo do Cunhaú, foi resultado da assinatura deste Protesto de Fidelidade, onde o rei de Portugal decidiu a partir do selamento deste acordo, beneficiar estes Canindé com as ditas terras. Já os indígenas Janduí e Corema, ao assinarem o Protesto de fidelidade, foram beneficiados com o recebimento de terras localizadas na Ribeira do rio Potengi, onde foi estabelecido o aldeamento São Paulo. Os *Panacu-açu*, que também assinaram este mesmo acordo com as autoridades colônias e reais, tiveram suas terras demarcadas na região que corresponde ao atual município de Ceará- Mirim, onde foi estabelecido o aldeamento de Nossa Senhora da Piedade da Ribeira do Ceará- Mirim.⁷⁸

O estabelecimento do Protesto de Fidelidade, assim como os tratados realizados anteriormente, também não teve o resultado esperado pelas autoridades colônias reais, visto que, apesar de terem sido beneficiados com a demarcação destas terras, os tapuias que assinaram este acordo, continuaram enfrentando os mesmos problemas ocorridos a partir do momento que passaram a viver nas missões religiosas. Pois, continuavam estes indígenas aldeados, com dificuldades para conseguir seus alimentos, fato este que os levavam a persistirem no roubo ao gado e aos produtos agrícolas produzidos pelos colonos em suas povoações. Além disto, os conflitos continuavam a existir, na medida em que os colonos desrespeitavam os indígenas aldeados, procurando desta forma instigarem estes tapuias a promoverem novos ataques contra os povoados. Desta forma conseguiriam os moradores das povoações argumentos para que as autoridades coloniais convencessem o rei de Portugal à autorizá-los à promover as chamadas *guerras justas* contra os indígenas supostamente rebelados. Esta atitude por parte dos moradores das povoações de colonos demonstra o interesse destes em conseguirem índios cativos, que após a realização dos tratados de paz, só poderiam ser conseguidos através das guerras autorizadas pelo rei de Portugal.

Assim, muitas queixas contra os índios aldeados continuaram a ser enviadas ao Conselho Ultramarino, onde moradores das povoações usavam como justificativa o não cumprimento das pazes por parte destes tapuias. Aceitas as reclamações, o rei de Portugal autorizou as autoridades

⁷⁸ Ibid, p. 178.

da colônia a promoverem guerra contra os indígenas revoltados em 1708.⁷⁹ Estes novos ataques contra os tapuias já não eram tão ofensivos quanto aqueles realizados durante o auge da Guerra dos Bárbaros. Pois, nesta ocasião os verdadeiros motivos que provocaram reações violentas por partes dos nativos aldeados, tais como a invasão dos currais de gado e das roças agrícolas dos colonos, foram analisados pelo Conselho Ultramarino. Este fato fez com que as autoridades ligadas ao rei de Portugal reconhecessem em alguns casos que estes indígenas agiam desta forma por causa da necessidade gerada pela situação de fome e miséria que estes nativos enfrentavam nas missões de aldeamento. Somava-se a isto o fato das autoridades coloniais e reais não terem mais interesse em continuar uma guerra que havia gerado prejuízos aos cofres da colônia e da metrópole, e que mesmo com os ataques destes índios rebelados, já se encontrava relativamente amenizada.

Diante desta situação, vários acordos foram ocorrendo entre os indígenas que ainda resistiam e os colonizadores ao longo das primeiras décadas do século XVIII. Como no caso dos Janduí, que após terem oferecido mais uma vez resistência ao sistema de aldeamento, estabeleceram mais um acordo, desta vez com o capitão-mor do terço dos paulistas, José de Morais Navarro, no ano de 1708. Durante esta ocasião estes tapuias conseguiram o perdão por parte das autoridades coloniais e reais. Os *Caboré* foram outro exemplo de povos tapuias que realizaram diversos acordos com os colonizadores. Em 1716, estes Caborés realizavam pela oitava vez, mais um acordo com as autoridades coloniais, desta vez as pazes foram seladas com o capitão-mor do Rio Grande, Domingos Amado, que decretou durante esta ocasião o estabelecimento destes tapuias no Ferreiro Torto.⁸⁰

O processo de aldeamento destes tapuias, e os novos conflitos, surgidos a partir da inadaptação destes indígenas à este processo, com já foi dito, levaram à realização das Guerras justas contra estes tapuias aldeados, mas também provocou a realização de diversos acordos entre estes nativos e colonizadores. O aldeamento dos tapuias contribuiu também de forma decisiva para a dissolução dos costumes destes indígenas, Visto que os colonizadores se aproveitando da situação de “submissão” dos indígenas reduzidos nas missões religiosas, tentaram desenvolver vários mecanismos para promover a destruição da identidade cultural destes indígenas. Sobre este processo de aculturação pelo qual passaram os tapuias aldeados nas missões, tratarei de forma mais aprofundada no capítulo que se segue.

⁷⁹ Ibid, p. 179.

⁸⁰ Ibid, p. 182.

3.2 PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA CULTURA TAPUIA

A partir do início do processo de aldeamento dos indígenas tapuias, fruto da captura e rendição forçada destes povos nas últimas décadas do século XVII, como dito anteriormente, passaram estes nativos a se submeterem às imposições das autoridades coloniais e reais. Porém, alguns conflitos entre colonos e tapuias aldeados nas missões continuaram a existir, visto que muitos destes povos tapuias não se submeteram de fato a estas imposições dos colonizadores. Este processo de redução e aldeamento implicou na descaracterização e dissolução da identidade cultural destes indígenas submetidos à autoridade do poder real português. O aniquilamento da cultura dos povos nativos do sertão geraria para os colonizadores o fim da resistência destes indígenas ao processo colonizador português. Portanto, foram vários os mecanismos utilizados pelos luso-brasileiros para acarretar o aceleração da destruição física e cultural destes povos indígenas, para que assim estes nativos não viessem a oferecer empecilhos à concretização da colonização.

A dissolução dos costumes indígenas não se deu apenas com os povos indígenas do sertão, nas capitâneas afetadas pela Guerra dos Bárbaros, os índios Potiguara tiveram que se submeter aos colonizadores a partir do final do século XVI, também com a realização de acordos de paz.⁸¹ Estes Potiguara continuaram habitando a região litorânea após a sua rendição. Talvez por isto tenham enfrentado menos dificuldades que os tapuias rendidos para se adaptar ao sistema de aldeamentos administrados pelos missionários religiosos, visto que os tapuias depois de rendidos eram descidos do sertão, onde estes viviam até a realização dos tratados de paz, até o litoral, região onde estes indígenas encontraram muitas dificuldades de adaptação. Pois, contrariamente aos Potiguara, estes tapuias não estavam acostumados com a vida sedentária que passaram a levar nas missões de aldeamento localizadas no litoral, uma vez que estes indígenas haviam se acostumado com a vida semi-nômade, onde se deslocavam de um local para o outro em busca de fontes de sobrevivência, dentro de um território delimitado pelas áreas do sertão.

Com relatou Hilda Paraíso, estes descimentos para o litoral contribuíram bastante com o extermínio físico dos tapuias, uma vez que estes nativos, ao serem descidos do sertão para as missões de aldeamentos, se tornavam vulneráveis ao contágio de doenças que dizimaram a vida de milhares destes indígenas aldeados. Com a mortandade causada pelas doenças a que estavam expostos aqueles nativos, acentuava-se a necessidade de mão-de-obra indígena, portanto muitos descimentos de tapuias eram autorizados pelas autoridades coloniais, para tentar suprir esta mão-

⁸¹ Como foi exposto no capítulo I, várias aldeias Potiguara se tornaram aliadas dos portugueses a partir de acordo firmado no ano de 1599, após a expulsão dos corsários franceses das costas brasileiras.

de-obra perdida pelas mortes de indígenas ocasionados pelo contágio destas doenças.⁸² De acordo com relato do capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, a malária teria dizimado a vida de vários índios Janduí que viviam numa aldeia situada na ribeira do rio Jundiá-Perereba, dentre estes indígenas afetados e mortos por esta doença estava o chefe Canindé, que havia representado os Janduí na assinatura do acordo de paz ocorrido em 1692 com os portugueses.⁸³

O extermínio físico e cultural gerado a partir da realização dos tratados de paz e, conseqüentemente da formação das missões de aldeamento, também foram ocasionados pelas rivalidades entre tapuias e Tupi, que passaram a conviver lado a lado nestas missões de aldeamento. Como se sabe, o clima de hostilidade existente entre os indígenas destas etnias já existia mesmo antes do início da colonização portuguesa. Ao longo do processo colonizador estas rivalidades entre Tupi-Potiguara e tapuias aumentaram mais ainda com a realização das alianças inicialmente seladas entre estes Potiguara e os luso-brasileiros. A partir do momento em que os tapuias começaram a se submeter aos acordos de paz com os portugueses no fim do século XVII, passam a viver misturados, como dito anteriormente, com os seus antigos rivais, os Potiguara. A convivência entre povos indígenas do litoral e do sertão acelerou mais ainda o processo de desestruturação destas sociedades indígenas. Primeiramente porque convivendo juntos nos aldeamentos, os Potiguara e tapuias passaram se atacar mutuamente, devido à dificuldade que estes indígenas tinham em aceitarem as diferenciações culturais existentes entre estas etnias indígenas. Estes conflitos geravam desta forma o extermínio físico de ambos os grupos. Além disto, a convivência entre tapuias e Potiguara também acelerou a desintegração gradual da identidade cultural destes povos indígenas. Este fato sem dúvida favoreceu a concretização do processo colonizador, visto que, ao perderem seus traços culturais estes indígenas passariam a oferecer menos resistência à colonização, pois, assim seria mais fácil dominá-los ideologicamente com a imposição dos ensinamentos da cultura cristã européia.

A ação evangelizadora dos missionários religiosos também foi um fator determinante para explicar a aceleração da aculturação sofrida pelos povos indígenas reduzidos em aldeamentos. De acordo com Hilda Paraíso, este processo de catequese indígena “baseava-se ideologicamente em sentimentos de superioridade racial e cultural, típicos da postura eurocêntrica dos representantes da metrópole, e na crença de serem portadores da verdadeira religião”.⁸⁴ Por isto as Ordens religiosas se utilizavam de métodos diversos para afastarem os indígenas dominados da sua cultura original. Muitos dos costumes destes grupos de indígenas foram abolidos nas missões de

⁸² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit., p. 195.

⁸³ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 176.

⁸⁴ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit., p. 201.

aldeamento, como por exemplo, a prática da antropofagia observada entre algumas etnias indígenas, como as dos tapuias e Potiguara.

As necessidades de obter mão-de-obra por parte dos colonos, de certa forma, também contribuía para promover a destruição dos costumes dos nativos aldeados, pois muitos indígenas do sexo masculino passaram a exercer atividades antes atribuídas as mulheres das tribos, tais como a agricultura, que com o aldeamento dos índios rendidos, passou também a ser praticada pelos homens indígenas, a quem eram atribuídas as atividades ligadas a caça, pesca, e guerra contra os inimigos, contrariando desta forma os costumes indígenas. O que se observa com este fato são mudanças dos costumes indígenas, e neste caso, a inversão dos papéis exercidos por estes nativos a partir do processo de aldeamento.

O processo de destruição física e cultural dos indígenas reduzidos também foi acelerado pela existência de conflitos entre colonos e estes indígenas, que mesmo após a realização dos tratados de paz continuaram a existir, embora em menor escala, se comparado ao período anterior a rendição destes tapuias. Assim, o processo de *ação-reação-repressão*, observado por Hilda Paraíso ainda continuou a existir durante as reduções de tapuias rendidos. Pois, como foi dito no capítulo anterior, estes tapuias passaram enfrentar muitos problemas, tais como a fome e miséria causada pela dificuldade de conseguir alimentos nestes aldeamentos. Para conseguirem seu sustento alimentar, estes indígenas aldeados passaram a invadir as propriedades formadas por colonos. Assim os moradores dos povoados passaram a reagir aos ataques destes nativos. Estes conflitos entre colonos e indígenas aldeados se tornavam cada vez mais sérios, chegando desta forma a serem deflagradas as “*Guerras justas*” contra os nativos revoltados. Estas batalhas além de ferir e matar muitos indígenas, ainda provocava a escravidão de muitos deles, por terem eles quebrado a promessa de não oferecer mais resistência aos colonizadores, de acordo com o estabelecido nos tratados de paz. Assim, em 1708 o rei de Portugal ordenou que se fizesse “*Guerra justa*” aos súditos rebelados (indígenas aldeados) por terem estes nativos quebrando as pazes com os colonizadores. E desta vez ficou determinado pelo rei que mesmo aqueles indígenas que se rendessem seriam aprisionados e escravizados.⁸⁵ Nestas batalhas muitos indígenas continuaram a serem mortos, principalmente os do sexo masculino, os que mais ofereciam resistência nestes conflitos. Segundo Hilda Paraíso, a prática de degolar homens indígenas em “idade de guerra” se tornou cada vez mais comum, mesmo no século XVIII, quando devido ao estabelecimento dos acordos de paz, já se encontravam rendidos a maior parte dos tapuias aldeados.⁸⁶

⁸⁵ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 179.

⁸⁶ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit., p. 203.

A prática de escravizar e degolar índios revoltados do sexo masculino acarretou a desestruturação do contingente populacional das aldeias indígenas, visto que com a diminuição no número de homens a reprodução destes nativos estava ameaçada. Os colonizadores preferiam preservar a vida das mulheres e das crianças indígenas, pois estes ofereciam menos chances de novos levantamentos. E como dito antes, as mulheres eram mais habituadas com os trabalhos agrícolas, por tanto seriam uma mão-de-obra valiosa para os trabalhos nas roças dos colonos. As crianças indígenas muitas vezes eram retiradas do convívio com os outros nativos para que desta forma absorvessem melhor os ensinamentos cristãos, para que depois de catequizados passassem a funcionar com agentes transformadores, visto que passavam seus conhecimentos para os outros indígenas.

Outra estratégia adotada pelos colonizadores para promoverem a aceleração da aculturação indígena, foi do estímulo aos casamentos interétnicos, ou seja, os indígenas eram incentivados a casarem com integrantes de grupos étnicos diferentes dos seus. Assim ficaria mais fácil para os colonizadores desligar estes indígenas da sua cultura original, fazendo desta forma com que eles aceitassem com mais facilidade os moldes culturais europeus. Na capitania do Rio Grande, por exemplo, os casamentos entre os homens negros escravizados e as índias aldeadas eram incentivados pelos próprios senhores, donos destes escravos, “o que contribuiu para o desaparecimento tanto de elementos da cultura original africana como da indígena”. Além disto, a Coroa portuguesa passou a permitir o casamento entre portugueses e índias quando extinguiu a escravidão indígena em 1755, visto que haviam poucas mulheres brancas nesta parte da colônia.⁸⁷

Assim, todos estes fatores aqui apresentados, tais como as mortes de indígenas provenientes dos conflitos entre tapuias e colonos, ou mesmo a mudança dos costumes destes indígenas e a imposição da cultura européia cristã pelos colonizadores, contribuíram fortemente para a desestruturação das populações nativas. Isto não se deu somente durante a Guerra dos Bárbaros, mas também após a rendição dos tapuias, através da realização dos acordos e conseqüentemente do processo de redução e aldeamento dos indígenas do sertão. O gradual extermínio físico e cultural destes povos indígenas, fossem eles nativos do sertão ou do litoral, diminuía as chances de novos levantes indígenas, o que sem dúvida contribuiu para a concretização do processo colonizador das capitanias envolvidas neste processo, o sobre tudo no Rio Grande, onde este extermínio físico e cultural dos tapuias se fez mais presente.

⁸⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 116.

3.3 CONCRETIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE INTERIORIZAÇÃO E DE COLONIZAÇÃO DAS CAPITANIAS DO NORTE APÓS A RENDIÇÃO DOS TAPUIAS

Se por um lado o processo de rendição forçada dos indígenas do sertão causou a gradual destruição física e cultural destes povos nativos, por outro lado propiciou a consolidação do principal objetivo almejado pelos luso-brasileiros, que era a efetivação do processo colonizador, nas áreas mais afetadas pela resistência indígena. Portanto, a submissão imposta pelos colonizadores aos tapuias rebelados, a partir da realização dos citados acordos de paz, além de promover o aceleramento da desestruturação cultural destes indígenas, ainda contribuiu de forma decisiva para a colonização definitiva do sertão das capitanias do Norte, onde há muitos anos os indígenas resistiam a este processo, dificultando a interiorização e povoamento destas áreas. Com o abrandamento dos conflitos entre os colonizadores e os indígenas revoltados, deu-se de fato o início do povoamento destas capitanias, e principalmente do sertão, onde haviam habitado grupos tapuias até o advento da Guerra dos Bárbaros, pois, como foi dito anteriormente, muitos destes indígenas passaram a ser descidos principalmente para a região litorânea, onde se estabeleceram nas missões religiosas. As autoridades coloniais, neste caso, se empenharam em desocupar as áreas habitadas com indígenas tapuias e em povoar o sertão com colonos luso-brasileiros, fato que só foi possível após o início da rendição destes nativos.

No período compreendido entre o fim do século XVII e início do XVIII, com o enfraquecimento dos conflitos entre colonizadores e indígenas rebelados, o processo de interiorização e de povoamento colonial das capitanias do Norte da colônia se expandia em direção ao Agreste e sertão desta região, através do crescimento da atividade pecuária. No Rio Grande, além da disputa pela mão-de-obra indígena, surgem também neste período conflitos pela posse da terra, visto que nesta capitania existiam melhores condições para o estabelecimento de pastos para a criação de gado. Estas disputas se deram principalmente pelas terras localizadas na ribeira do rio Açu.⁸⁸ Tais conflitos envolveram na maioria das vezes bandeirantes paulistas que haviam lutado na Guerra dos Bárbaros, missionários dos aldeamentos, senhores de engenho, oficiais de alta patente, muitos destes vindos de outras capitanias, tais como Pernambuco, Paraíba, Bahia, ou até mesmo do próprio Rio Grande, ou do reino.⁸⁹

Os próprios colonos da capitania do Rio Grande se queixavam da injusta repartição de terras, visto que no início do século XVIII, muitas destas terras haviam sido doadas pela Coroa

⁸⁸ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*, p. 109.

⁸⁹ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 97.

portuguesa à sesmeiros de outras capitanias. Já em 1698, o Senado da Câmara de Natal enviou ao rei de Portugal, um documento reclamando do desfavorecimento dos moradores na repartição de terras nesta capitania. Dentre os vários conflitos entre colonos e grandes proprietários rurais, que se deram no Rio Grande, é conhecida a confusão envolvendo o sesmeiro vindo da Bahia, Antônio Rocha Pita, e colonos que habitavam a ribeira do rio Açú em 1701. Estes últimos teriam sido expulsos de suas terras por Rocha Pita. Nesta ocasião o rei de Portugal, tendo sido informado do caso, se mostrou a favor destes moradores, mandando demarcar as terras daquele sesmeiro para o restabelecimento destes colonos.⁹⁰

Para tentar conter estes conflitos por terras, a legislação portuguesa referente à concessão de sesmarias passou a sofrer modificações, também visando fazer com que os sesmeiros produzissem em suas terras, para que desta forma gerassem rendas, através do pagamento de impostos, para cofres da Coroa portuguesa. Uma das várias leis criadas para este fim determinava que todos que haviam recebido sesmarias do governo português tinham que povoá-las e fazê-las produzir, e caso esta lei não fosse cumprida pelos sesmeiros, seriam estas terras repartidas novamente entre os colonos. A falta de fiscalização muitas vezes contribuiu com o não-cumprimento de tal legislação, favorecendo desta forma o surgimento ^{dos grandes proprietários rurais} das grandes propriedades rurais, que com o passar do tempo iam se legitimando através dos alargamentos das propriedades concedidas pela lei, ou das apropriações ilegais de terras a serem legalizadas.⁹¹

A desocupação do sertão, devido aos descimentos e redução dos indígenas rendidos, após o estabelecimento dos acordos de paz com estes nativos, criou uma situação ideal para o estabelecimento das primeiras fazendas de gado nestas grandes propriedades que se formavam a partir do aldeamento destes indígenas nas missões localizadas no litoral. Desta forma dava-se a concretização da pecuária como principal atividade exercida no sertão, que com o gradual despovoamento de indígenas tapuias, encontrava uma situação favorável para se desenvolver. As primeiras fazendas do sertão do Rio Grande foram implantadas por senhores de engenho, que habitavam inicialmente a faixa litorânea, tanto das capitanias vizinhas como do próprio Rio Grande. Uma das famílias que se consolidaram como grandes proprietários de terras e criadores de gado nesta capitania, foi a família Albuquerque Maranhão, que haviam acumulado patentes militares e detinham o poder político também na região do sertão. A elite local, que se formava, causou de certa forma problemas aos moradores das povoações do sertão, tendo em vista, que estes grandes proprietários de terras muitas vezes não permitiam que os colonos e os indígenas aldeados no sertão, pudessem exercer atividades, tais como a pesca ou o abastecimento de água, nos limites

⁹⁰ Ibid, p. 95.

⁹¹ Ibid, p. 99.

destas propriedades de terras. Acarretando desta forma uma difícil sobrevivência tanto para os colonos, como para os nativos que ainda habitavam o sertão, aumentando desta forma mais ainda os conflitos entre colonos, indígenas e grandes proprietários de terras.⁹²

Apesar da existência de conflitos por terras e mão-de-obra indígena terem sido fatos marcantes da colonização do Rio Grande, ainda assim a pecuária continuou a se expandir ao longo do século XVIII, como uma das atividades econômicas mais importantes desta capitania, visto que, a criação de gado no sertão além de alimentar a população da Zona da Mata, não somente do Rio Grande, mas também para as capitanias vizinhas, ainda servia como força motriz para o funcionamento dos engenhos localizados nesta região. Além disto, com a criação de gado surgiu em meados do século XVIII a indústria da carne-seca, que no Rio Grande se estabeleceu nas margens do rio Açu e Mossoró, aproveitando desta forma a existência das salinas desta região, esta carne era exportada para outras capitanias através de Pernambuco.⁹³

Desta forma, a atividade pecuária foi se expandindo e concretizando a interiorização, favorecendo assim o povoamento das áreas sertanejas das capitanias do Norte da colônia. Com a expansão da criação de gado, além de uma elite agrária, existia também no Rio Grande um segmento social formado por homens que se incorporavam nas tropas militares, tais como soldados mestiços, negros e índios livres. No caso dos mestiços, eram estes geralmente filhos de mães índias e de homens brancos, pois como foi dito no capítulo anterior, ainda eram raras as mulheres brancas nesta região. A atividade agropastoril, também fez surgir a figura do vaqueiro, principal responsável pelos trabalhos atribuídos a criação de gado do sertão, sendo este auxiliado por índios e mestiços, que constituíam a maior parte da mão-de-obra, não somente no sertão, mas também na zona litorânea do Rio Grande. Sendo que, segundo Denise Mattos, boa parte desta mão-de-obra indígena e mestiça empregada durante o século XVIII, era escrava ou semi-escrava. Nesta capitania foram registrados poucos escravos negros, principalmente na atividade pecuária, que exigia pouca mão-de-obra e gerava um lucro menor que a produção açucareira.⁹⁴

O início do século XVIII foi marcado no Rio Grande, não somente pela diminuição dos ataques dos indígenas tapuias e pela concretização do processo de interiorização através da pecuária, mas também pelo fato desta capitania ter deixado de se submeter administrativamente à Bahia, e ter passado a partir de 1701, segundo ordem régia, a ser subordinada a Pernambuco. E, embora o rei tenha apresentado como principal argumento para tal medida a proximidade geográfica desta capitania ao Rio Grande, ainda assim esta mudança gerou descontentamento por

⁹² PORTO ALEGRE, M.S.; MARIZ, M. da Silva; DANTAS, B. G. *Ibid*, MONTEIRO, Denise M. Op. Cit., p. 103.

⁹³ *Ibid*, p. 107-108.

⁹⁴ *Ibid*, p. 116.

parte das autoridades desta capitania, visto que foram muitos os abusos cometidos pelo excesso de autoridade de Pernambuco, além disto, “das sugestões administrativas enviadas ao rei para melhoria da capitania, tais como, construção de escolas e fortins para disciplina dos indígenas, maior parte foi negada, tendo em vista o parecer negativo de Pernambuco”.⁹⁵ Uma das medidas tomadas pela administração pernambucana que causaram maior descontentamento no Rio Grande, foi a ordem de extinção das oficinas de carne-seca existentes nesta capitania, em 1788. Pois, segundo alegava a administração de Pernambuco, a indústria da carne-seca estava causando a falta de gado para movimentar os engenhos de açúcar do litoral.⁹⁶

Estas mudanças administrativas ocorridas na colônia, promovidas pela Coroa portuguesa, também afetaram os indígenas que viviam sob a tutela dos missionários nos aldeamentos. Assim, a escravidão indígena foi oficialmente proibida na década de 1750 por ordem real. Também foi implantado o *Diretório dos Índios*, que se tornou responsável pela administração religiosa e civil dos indígenas aldeados, em substituição aos missionários religiosos, que foram impedidos definitivamente de continuar a dirigir os aldeamentos de indígenas em 1759.⁹⁷ Desta forma, com o estabelecimento do Diretório dos Índios, as aldeias indígenas foram sendo transformadas em vilas, que seriam governadas pelo *Diretor dos Índios*. Tal cargo foi extinto em 1798, por causa dos excessos cometidos por estes funcionários.⁹⁸ Para os indígenas “pacificados” a situação piorou ainda mais depois que a Companhia de Jesus deixou de atuar na administração dos índios aldeados, pois, sem a proteção dos religiosos, aumentaram as injustiças e a exploração cometidas contra estes nativos. Muitos deles passaram a viver perambulando sem rumo, por causa da perseguição sofrida pelos colonos, que apesar da determinação real do fim da escravidão indígena, ainda assim continuaram a escravizar ilegalmente estes nativos.⁹⁹

Como dito antes, as primeiras vilas surgidas no Rio Grande foram resultado da criação do Diretório dos Índios e conseqüentemente da transformação dos aldeamentos indígenas em vilas. Sendo assim, a primeira se originou da aldea de São Miguel de Guajiru, que passou a ser a Vila de Estremoz do Norte. O aldeamento de Guaraíras se tornou Vila Nova de Arês. Mipibu virou a Vila de São José do Rio Grande, e Gramació passou a ser Vila Flor. Ainda na última década do século

⁹⁵ MARIZ, Marlene da Silva. SUASSUNA, Luis Eduardo Brandão. Op. cit., p. 109.

⁹⁶ Ibid, p. 110.

⁹⁷ A expulsão dos missionários jesuítas da colônia ocorreu num contexto de conflitos gerados entre estes religiosos e colonos, devido ao interesse destes últimos pela mão-de-obra dos indígenas aldeados, e também por causa do descontentamento por parte, tanto dos colonos como das autoridades coloniais e reais, devido ao fato destes padres terem se tornado grandes possuidores de terras na colônia.

⁹⁸ MATTOS, Denise. Op. cit., p. 113.

⁹⁹ SUASSUNA, Luiz E. Brandão. MARIZ, Marlene da Silva. Op. cit., p. 115.

XVIII foram criadas as vilas do Príncipe, localizada no atual município de Caico, e da Princesa, onde hoje se situa a cidade de Açu.¹⁰⁰

Assim, a partir do final do século XVII, o início do povoamento começava a se acelerar em direção ao sertão apesar dos conflitos que começaram a surgir pela posse da terra. A diminuição dos ataques dos indígenas, que reduzidos nos aldeamentos sofreram um processo perda da identidade cultural, os tornou cada vez menos revoltados, tornando possível desta forma a concretização da colonização e povoamento das áreas onde os indígenas dos grupos tapuia haviam oferecido resistência à este processo. No período compreendido entre o final do século XVII e XIX, as capitanias do Norte da colônia já se encontravam em pleno processo de expansão populacional. No Rio Grande já se encontravam povoados desde os vales férteis do litoral, onde se encontrava maior parte da população, até as regiões mais distantes localizadas no sertão, onde haviam habitado os diversos grupos de indígenas tapuias que foram rendidos após a realização dos acordos de paz que puseram fim a Guerra do dos Bárbaros a partir do fim do século XVII.

¹⁰⁰ Ibid, p. 115.

CONCLUSÃO

Os primeiros acordos ocorridos entre os nativos, que habitavam o território das terras que hoje constituem o Brasil, e os europeus se deram na região litorânea, ainda nos primeiros anos após a “descoberta”. Os corsários que visitavam com certa freqüência as costas litorâneas em busca de possíveis riquezas, sobretudo do valorizado pau-brasil, tentaram através das alianças de amizade, se aproximar dos nativos desta região. No litoral ao Norte da colônia, os corsários franceses, os que mais freqüentavam a recém descoberta América portuguesa, estabeleceram várias alianças de amizade com os indígenas Potiguara que habitavam esta região, visto que, ao se aproximarem destes indígenas os franceses teriam mão-de-obra para ajudar no acesso ao pau-brasil. Ao mesmo tempo, estes indígenas trocavam a sua mão-de-obra por quinquilharias trazidas por estes corsários europeus. Portanto, neste caso, as alianças eram estabelecidas principalmente para fins comerciais e eram muito frágeis, oscilando de acordo com os interesses de ambas as partes. Neste caso a relação destes indígenas com os franceses era de relativa paz, portanto estas alianças eram espontâneas, na medida em que, tanto os corsários quanto os Potiguara tinham interesse em estabelecer tais acordos de amizade.

Ainda no século XVI, os portugueses, objetivando legitimar a posse deste território e iniciar a conquista da América portuguesa, travaram várias batalhas até conseguirem expulsar os corsários franceses definitivamente destas terras. Assim, com a derrota e expulsão dos seus aliados franceses, os Potiguara continuam lutando contra os colonizadores portugueses e resistindo ao processo de conquista. As várias derrotas, as mortes, as doenças e a escravidão, levaram estes Potiguara a pedirem a paz aos colonizadores. Assim, para selar as ditas pazes foi realizado um acordo entre estes indígenas e os portugueses no ano de 1599, onde ficou estabelecida a rendição das várias aldeias de indígenas Potiguara que habitavam a região do litoral Norte da colônia.

Diferentemente das alianças de amizade realizada entre estes indígenas e os corsários franceses, este acordo de paz feito com os colonizadores portugueses obrigou os Potiguara rendidos a se submeterem as imposições dos colonizadores portugueses, pois caso contrário estariam estes indígenas sujeitos a escravidão imposta aos nativos rebeldes, ou seja, aqueles que não aceitavam os acordos de paz com os colonizadores. Já para os portugueses, este acordo poderia gerar mão-de-obra para os trabalhos comandados por eles, sobretudo nas plantações de cana-de-açúcar existente na região litorânea das capitâneas do Norte, onde aí se incluía o Rio Grande. Além disto, facilitaria também o andamento da colonização deste território, visto que os indígenas “pacificados” ofereciam menos resistência a este processo. Também foi

interessante para os colonizadores a realização desta aliança de paz, na medida em que forneceu força guerreira contra os inimigos dos portugueses que ameaçassem a continuação da conquista portuguesa, como por exemplo, os holandeses, que se apossaram de parte do litoral da América portuguesa, onde exerceram seu domínio durante 24 anos até serem totalmente expulsos deste território.

Se a relação entre os nativos e os colonizadores portugueses foi conflituosa já a partir dos primeiros anos de conquista, e se neste caso as alianças de paz realizadas por estes eram feitas após a rendição forçada dos indígenas, durante o período de dominação holandesa, as relações com os nativos foram mais amistosas e sem grandes conflitos. Durante os anos de domínio exercido pelos holandeses, estes tentaram se aproximar de alguns Potiguara que não haviam aceitado de render aos portugueses, e também dos nativos que habitavam o sertão, os tapuias. Os holandeses procuraram manter uma relação de paz, não obrigando os indígenas a trabalharem contra sua vontade e tentaram respeitar cultura destes nativos. Portanto, assim como as alianças de amizade exercidas entre os corsários franceses e os indígenas Potiguara nos primeiros anos depois da descoberta destas terras, estas alianças com os holandeses foram espontâneas. Pois, neste caso, os indígenas não eram obrigados a aceitarem tais acordos, diferentemente das alianças feitas entre os Potiguara e os portugueses, onde estes indígenas foram obrigados a pedirem a paz, para evitarem a continuação das mortes e da escravidão imposta como forma de punição pelos portugueses aos indígenas que não se submetiam a esta rendição forçada.

Após a expulsão dos holandeses da colônia, os portugueses tentaram retomar a colonização destas terras, mas passaram enfrentar a rebeldia dos indígenas que haviam sido aliados dos holandeses durante o período em que estes exerciam seu domínio sobre parte da colônia, sobretudo dos tapuias que habitavam o sertão desta região. Para reconstruir as capitânicas afetadas pela guerra de expulsão dos flamengos, os portugueses tentaram introduzir a atividade pecuária nas regiões interioranas destas capitânicas, como forma de diversificar as atividades econômicas desta região, que contava até então com produção açucareira como principal atividade econômica. Assim, partindo em direção ao sertão, este processo de interiorização invadiu as áreas onde habitavam os diversos grupos de indígenas tapuias que habitavam este espaço geográfico, desencadeando desta forma graves conflitos entre estes indígenas e os colonizadores, vindo a constituir, assim, a chamada Guerra dos Bárbaros nas últimas décadas do século XVII.

Em vários anos de luta os colonizadores portugueses enfrentaram a forte resistência dos tapuias ao processo de interiorização, porém, os portugueses também contavam com um forte

aparato de guerra e conseguiram com a ajuda dos bandeirantes paulistas vitórias importantes sobre os nativos rebeldes, provocando assim a rendição forçada e gradual destes grupos tapuias a partir dos últimos anos da década de 1690. Assim, com o estabelecimento de acordos de paz entre os tapuias e os colonizadores, passam estes indígenas a viverem submissos aos colonizadores, e sobre a proteção dos missionários religiosos da Igreja católica. Com a realização destes acordos de paz, estes tapuias passaram por um processo de redução e de aldeamento forçado, visto que estes nativos só aceitaram se render aos portugueses para fugirem escravidão e das punições impostas aos indígenas que não aceitavam as pazes com os portugueses.

Portanto, com término da realização deste trabalho de pesquisa acerca dos acordos de paz existentes entre os colonizadores portugueses e os indígenas de grupos tapuias, após a rendição destes últimos na chamada Guerra dos Bárbaros a partir do final do século XVII, concluímos que a ocorrência destas alianças de paz, foram primordiais para a concretização dos processos de colonização e interiorização das capitanias afetadas pelos conflitos com os indígenas que habitavam o sertão. Sendo que, por outro lado, estes acordos só foram possíveis após a morte e a escravidão de muitos destes indígenas que guerrearam contra os colonizadores.

Na medida em que foram se estabelecendo as pazes com os diversos grupos de indígenas tapuias revoltados, os colonizadores conseguiram de fato concretizar seus objetivos de povoamento das áreas interioranas e a expansão da atividade pecuária na região do sertão. Isto se deu, principalmente, pelo fato destes nativos rendidos após o estabelecimento dos acordos de paz se tornavam relativamente pacificados, e já não terem condições de continuar oferecendo resistência à colonização das áreas do sertão, vindo também a se tornarem força guerreira contra aqueles tapuias que ainda resistiam ao projeto colonizador português. Além disto, o surgimento destes acordos de paz também contribuiu para o fornecimento de mão-de-obra indígena, necessária para os trabalhos comandados pelos colonizadores, o que, sem dúvida, contribuiu para o andamento do processo colonizador portugueses.

Porém a concretização do processo colonizador nestas capitanias se deu também como resultado da desintegração da identidade cultural e do extermínio físico sofrido pelos indígenas durante a rendição forçada que estes sofreram após a realização destes acordos de paz. Pois, estes tapuias submissos passaram, como foi visto, a sofrer um processo de redução e de aldeamento que provocou gradualmente a perda dos seus costumes indígenas e a morte de muitos destes nativos, tendo em vista as inaptações sofridas pelos tapuias “pacificados”,

quando foram transferidos do sertão, região onde estavam habituados a viver, para os aldeamentos administrados pelos missionários religiosos localizados na região litorânea.

Assim, concluímos também que o processo de desestruturação cultural sofrida pelos tapuias rendidos, não afetaram somente estes povos do sertão. Os Potiguara que habitavam o litoral Norte antes mesmo da chegada dos primeiros europeus, como foi dito antes, também ofereceram resistência aos portugueses já nos primeiros anos de conquista destas terras, provocando conflitos, que só foram apaziguados com a realização de um acordo de paz realizado entre os portugueses e as várias aldeias de Potiguara que habitavam o Norte da colônia no ano de 1599. Estes indígenas, assim como os tapuias, também se sujeitaram a estabelecer as pazes com os portugueses para evitar a escravidão imposta aos indígenas derrotados e capturados por estes colonizadores e também por causa das mortes e outras conseqüências negativas que a guerra trouxe para eles. Estes também passaram por um processo de destruição de sua cultura, proporcionado pela imposição dos ensinamentos da cultura européia e da doutrina católica, que além de afastá-los cada vez mais da sua cultura original, fomentou mais ainda as rivalidades que estes já tinham com os indígenas tapuias que habitavam o sertão. Estas alianças exercidas entre os nativos e os colonizadores também contribuíram para a destruição cultural e física destes indígenas na medida em que colocava os diversos grupos étnicos para guerrearem uns contra os outros, aumentando desta forma as mortes entre estes indígenas. Além disto, o fato destes tapuias, depois de rendidos, terem passado a habitar em muitos casos as missões religiosas onde já permaneciam aldeados os Potiguara também acelerou este processo de desestruturação cultural por parte destes grupos étnicos.

Ao final desta pesquisa, e com utilização de referenciais teóricos, tanto da historiografia clássica, como da historiografia mais recente, ficou claro as diferenças existentes entre as interpretações destas duas correntes historiográficas, quanto à “pacificação” dos diversos grupos indígenas que resistiram ao processo colonizador, sobretudo os tapuias. Desta forma observamos que os autores mais clássicos, tais como Câmara Cascudo, Lira, ou Taunay, viam a “pacificação” destes indígenas sublevados como uma necessidade para o andamento da colonização e para a integração destes nativos ao mundo cristão “civilizado”, cujos maiores representantes eram os colonizadores portugueses. Por outro lado, os estudos mais recentes acerca deste assunto, o processo de “pacificação” indígena se deu através da rendição forçada destes povos indígenas, que aceitavam se submeter aos colonizadores para escapar da escravidão e das mortes, impostos aos nativos que não aceitavam tal submissão.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARROS, Paulo Sérgio de. *Confrontos invisíveis: cultura e resistência indígena no Ceará (1603-1730)*. Trabalho apresentado no XVII Simpósio Nacional de História, Recife/PE, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. *História da cidade do Natal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Natal: UFRN, 1980.

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12048518669194854198846/p0000001.htm#I_1_>

LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal/ RN: Fundação José Augusto, 1920.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró (RN): Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Ed. do Senado, 1984.

_____. O Rio Grande do Norte no mapa de Jacques de Vaulx, de Claye. *Caderno de História*, Natal, v.3, n.1, p.31-32. jan./ jun. 1996.

MELO, José Octávio Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 5. ed. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária. 1997

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal (RN): Cooperativa cultural universitária. 2002.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARAÍSO. Maria Hilda Banqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVII. *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131; ago./ dez. 1993; ago./dez. 1994.

PERRONI-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Princípios da Legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP: SMC: Companhia das Letras, 1992.

PERRONI-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Princípios da Legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP: SMC: Companhia das Letras, 1992.

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Ed. Hucitec: ed. USP, 2002.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SILVA, Francisco Carlos. A conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda L. (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SUASSUNA, Luiz Eduardo, MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. Natal/ RN: Sebo Vermelho Edições. 2005.

TAUNAY, Affonso E. *A Guerra dos Bárbaros*. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt- Rosado/ ETFERN/ UNED/ Secretaria de Educação Cultura e Desportos do Estado do Rio Grande do Norte, julho de 1995 (Coleção Mossoroense, série C, v. 863).

ANEXOS

Anexo 1

Assento das pazes com os Janduí, realizado em 10 de abril do ano de 1692.

Em os cinco de abril deste referente ano, chegaram esta cidade da Bahia José de Abreu Vidal, tio do Canindé, rei dos Janduí, maioral de três aldeias sujeitas ao mesmo rei, e Miguel Pereira Guajiru Pequeno, maioral de três aldeias também sujeitas ao mesmo Canindé, e com eles o capitão João Paes Florião, português, em nome de seu sogro putativo chamado Nhangujé, maioral da aldeia Sucuru da mesma nação Janduí e cunhado recíproco do mesmo rei Canindé, a cuja obediência e poder objetivo está sujeita toda a nação Janduí, difundida em vinte e duas aldeias, sitas no sertão que cobre a capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, em que há treze para quatorze mil almas e cinco mil homens de arco, destros nas armas de fogo.

E vindo estes maiorais nomeados com mais de quinze índios e índias que os acompanhavam a presença do senhor Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho [...] governador Geral e capitão-general do Estado do Brasil, lhe representou o principal José de Abreu Vidal, em língua portuguesa não bem falada, e pelo capitão João Florião, seu interprete, que eles vinham [...] a pedir e a estabelecer com o dito senhor, em nome do rei dos Janduí, Canindé, uma paz perpétua para viver esta nação e a portuguesa como amigos. E mandados levarem para depois se conferirem as condições da proposta de paz cinco dias, a trouxeram vocalmente as proposições seguintes, de modo que mandamos proferir na sua língua e explicaram-nas nossos intérpretes.

Primeiramente, que o dito rei Canindé e os três maiorais [...], reconhecem ao senhor rei de Portugal, [...] por seu rei natural e senhor de todo o Brasil, e dos territórios que as ditas 22 aldeias ocupavam; e que lhe prometem agir como submissos vassallos com obediência para sempre, aos mais senhores que lhe mandava a Coroa portuguesa; e o dito rei Canindé, e os outros maiorais, e todos os mais desta nação prometem e juram, em nome de todos os seus descendentes, a tal obediência, vassalagem e sujeição a suas leis, como a seu rei e senhor.

2º Que o dito senhor rei D. Pedro, e seus sucessores, sejam obrigados a guardar-lhe [...] a liberdade natural em que nasceram [...] e que nenhuma em tempo algum possa ser pessoa alguma de qualquer sexo, maior ou menor, da nação Janduí, escrava nem vendida por qualquer título, motivo ou ocasião que seja passada, presente ou futura.

3º Que ele dito rei Canindé e todos os principais de sua nação e gente de todas as ditas aldeias desejam ser batizados e seguir a lei cristã dos portugueses; sendo para este fim tratados como gente livre, e não oprimidos contra sua vontade.

4º Que o dito rei Canindé e os ditos maiorais todos os outros principais das outras aldeias se obrigam a guardar toda fidelidade ao senhor rei de Portugal e sucessores de sua Coroa, com os mais vassallos. E que sendo caso que alguma armada inimiga venha invadir esta praça da Bahia ou de Pernambuco, Itamaracá ou Rio Grande, porão em defesa dos portugueses

cinco mil homens de armas, todas as ordens do senhor governador e capitão-general que for deste Estado, para com aviso seu marcharem a qualquer hora e tempo àquela praça a que eles o mandar; e par este efeito estarão sempre bem prevenidos de frecharia e arcos.

5º Que do mesmo modo se obriguem a fazer guerra a todos os gentios de qualquer nação que seja a quem os portugueses a fizeram por ordem do governador do Estado; e prometem ser amigos das nações de que os portugueses o forem; e inimigos das contrárias à nação dos portugueses; o que também guardaram reciprocamente os governadores-gerais, mandando os ajudar contra seus inimigos por ser beneficio dos portugueses.

6º Que também se obriguem a que aparecendo nos serros das terras que possuem alguma mina ou minas de ouro, prata, ferro, preciosas, ou de outra qualquer espécie, ou noticia de as haver, darão logo conta ao governador e capitão-general do Estado com as amostras do que acharem.

7º Que todos os currais que estejam na capitania do Rio Grande nas terras que eles possuíam até o tempo da guerra, ele e os ditos principais, são contentes que se torne a povoar. Mas que sem embargo de os senhores governadores-gerais deste Estado terem dado várias sesmarias a diversas pessoas até o tempo da guerra; declaram que sempre ficarão reservadas para o sustento e conservação de cada aldeia dos Janduí, por serem muito populosas e as terras muito largas, dez léguas de terras de cada banda, ainda que nelas entrem as ditas sesmarias concedidas até o presente, e as que daqui por diante concederem, levarão a cláusula e condição para não prejudicarem a dita terra reservada a cada aldeia, para que se terem dúvidas se conservem pacificamente as aldeias e tenham em que plantar seus alimentos para os sustento de suas familias. E que também lhe serão livres, nos rios e praias, as pescarias que costumam fazer.

8º Que nenhum governador, capitão-mor, nem justiças lhes poderão fazer violência alguma, antes os conservam sempre sua liberdade [...] Mas sendo necessário aos moradores daquelas partes alguns índios Janduí para suas lavouras, currais, pescarias ou engenhos, os pediram a quem governar a aldeia pagando-lhe seu trabalho, conforme é uso e costume naquelas partes, assim e da maneira que o faziam antes da guerra. E que sendo caso que o tal morador não queira pagar, o capitão-mor e justiças lhe farão pagar pontualmente, com efeito, o que tiverem merecido.

9º Que também se obriguem a que sendo necessário para a reedificação da fortaleza do Rio Grande alguns índios das aldeias Janduis, lhe dêem os principais aquele número de índios que o capitão-mor lhes pedir alternativamente, por ser serviço d'el-rei o tempo que servirem. Mas não lhe poderão os capitães-mores fazer vexação alguma.

10º E, sobretudo que nenhum governador ou cabo dos paulistas os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e deles seja livre e isenta geralmente toda a nação dos Janduis, com as mais eficazes penas que ao senhor governador e capitã-mor parecer, para que vivam contentes e estejam prontos para serviço d'el-rei nosso senhor.

O que tudo visto e ponderado pelo dito senhor Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho, governador e capitão-general deste Estado, atendendo ao particular serviço que o dito Canindé, os mais principais acima nomeados faziam ao el-rei nosso senhor em todas as proposições que ofereciam para se lhes conceder a paz[...] e o fim da guerra era a paz que se dirigiam, e agora se lhe pedia se resolveu o dito senhor governador e capitão-general a conceder em nome d'el-rei nosso senhor a paz oferecida nas ditas dez proposições com que o dito rei Canindé e maiores que em seu nome a vieram buscar a pediram.

[...] E eu Bernardo Vieira de Ravasco, fidalgo da casa de sua Majestade, [...] o fiz e escrevi nesta cidade Salvador, Bahia de todos os Santos, em os dez dias do mês de abril, ano mil e seiscentos e noventa e dois [...]. Bernardo Vieira Ravasco.. [assinado].

Fonte: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 300-302.

Anexo 2**Ratificação da paz realizada com tapuias da Ribeira do Açu, em vinte de setembro de 1695.**

Aos vinte dias do mês de setembro deste ano nesta cidade do Natal na capitania do Rio Grande nas casas de morada do capitão-mor dela Bernardo Vieira de Melo e em sua presença se achou também o chamado rei dos tapuias Taya Açu, o qual disse que vinha com sua própria pessoa retificar a paz que pelos seus principais tinha mandado fazer visto que de novo lha havia o dito capitão-mor mandando assegurar [...], e prometia ser fiel vassalo do mui justo, invicto e poderoso Senhor Rei de Portugal, nosso senhor a que se prometia servir e obedecer e aos seus governadores e capitães-mores com pronta obediência como deve e é obrigado.. e da sua parte pedia perdão da desobediência e seus erros passados, pelos quais prometia não somente condescender a que se povoem os sertões que a seu respeito se despovoaram, se não que com seus soldados ajudaria a fazer currais e casas como já dera princípio com os gados que agora haviam chegado da Ceará ao Açu como dos mesmos homens que os haviam trazido constava o que estava perto dos ditos capítulos feitos na paz tratada com seus enviados, que são os que abaixo se declaram.

1º que descendo dos sertões às nossas povoações não poderão trazer armas mais até o sítio que chamam de Paupã ou Pirutura ou Jacu, e vindo pela praia até a barra do Ceará - Mirim;

2º que com os brancos que vão para o sertão de Açu ou para donde eles habitam a enviar seus gados terão toda a conformidade e os ajudarão para os benefícios dos mesmos gados e condução deles pagando-lhes pelo seu trabalho.

3º Que se alguma outra nação se rebelar ou desobedecer, irão com os brancos a fazer-lhes guerra até os reduzirem a nossa obediência;

4º Que não consentirão em sua companhia os escravos fugidos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e se lhes pagará pela sua obediência.

5º Que, porquanto entre vós vive alguma gente da sua nação, machos e fêmeas, já domesticados, catequizados e batizados, que não pretenderão levá-los consigo para o sertão por não ser justo que sendo batizados e filhos da Igreja tornem ao barbarismo de que saíram maiormente porque estão todos voluntariamente contentes e satisfeitos na companhia dos brancos.

E com isto o dito capitão-mor lhe deu a segurança e o dito perdão em nome do governador e capitão-mor deste Estado, Dom João de Lencastro, [...] lhe convinha assim como se sujeitaram à obediência de vassalos de Sua Majestade [...] querendo aldear-se e aceitar o sacerdote que lhe administrasse os sacramentos e ensinasse a doutrina cristã, ao que respondeu o chamado rei [...] dando-lhe terras na Ribeira do Ceará – Mirim desta capitania terra donde pudessem fazer suas plantas por serem as do Açu muito secas para nelas se plantar [...] e o dito

capitão-mor lhe prometeu dar-lhe terras donde eles comodamente se pudessem aldear e para maior capacita-los lhes deu logo alguma ferramenta [...], e para que bem constasse tudo o tratado acima mandou o capitão-mor nomear [...] ao capitão-mor Gaspar Freire de Carvalho, que com o dito capitão-mor assinou perante muita s pessoas [...]. E tudo mandou o dito capitão-mor fazer este assento [...]. O qual eu Manuel Eusébio da Costa transladei bem e fielmente do próprio que está lançado no livro segundo dos registros da Secretaria deste governo do Rio Grande a folhas cento e quinze a que me reporto.

Fonte: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 302-303.

Anexo 3

Tratado de paz realizado com os tapuias Ariús Pequenos, em vinte de março de 1697.

Aos vinte do mês de março deste presente ano nesta cidade do Natal na capitania do Rio Grande nas casas de morada do capitão-mor dela Bernardo Vieira de Melo e em sua presença se achou também o chamado rei dos tapuias Ariús Pequenos por nome Peca, que habitam nos confins desta capitania no mais íntimo desses sertões o que disse que vinha com sua própria pessoa ajustar a paz por estarem todas as nações mais vizinhas e que residem no distrito desta capitania unidas na mesma paz e nossa amizade, o que disse que em nenhum tempo por si nem por outrem dos seus haveria mais guerra com os brancos e se obrigava a fazê-las a todos aqueles que não quisessem admitir a nossa amizade, e prometia ser fiel vassalo do mui justo, invicto e poderoso Senhor Rei de Portugal, nosso senhor, a que prometia servir e obedecer e aos seus governadores e capitães-mores com pronta obediência como deve e é obrigado. E da sua parte pedia perdão da desobediência e seus erros passados pelos quais prometia não só condescender a que se povoassem os sertões que a seu respeito se despovoaram, se não que com seus soldados ajudaria a fazer currais e casas para se meterem gados nas terras em que habitam, como haviam feito os do Açu. E com isso o dito capitã-mor lhe deu o perdão dos seus erros passados e lhes assegurou a paz que pediam tudo em nome do governador capitão-general deste Estado, Dom João de Lencastro, e conforme sua ordem que para isto tinha. Porém, com as condições contidas nos capítulos seguintes.

1º que descendo dos sertões às nossas povoações não poderão trazer armas mais até o sítio que chamam de Paupã ou Pirutura ou Jacu, e vindo pela praia até a barra do Ceará - Mirim;

2º que com os brancos que vão para o sertão de Açu ou para donde eles habitam a enviar seus gados terão toda a conformidade e os ajudarão para os benefícios dos mesmos gados e condução deles pagando-lhes pelo seu trabalho.

3º Que se alguma outra nação se rebelar ou desobedecer, irão com os brancos a fazer-lhes guerra até os reduzirem a nossa obediência;

4º Que não consentirão em sua companhia os escravos fugidos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e se lhes pagará pela sua obediência.

5º Que, porquanto entre vós vive alguma gente da sua nação, machos e fêmeas, já domesticados, catequizados e batizados, que não pretenderão levá-los consigo para o sertão por não ser justo que sendo batizados e filhos da Igreja tornem ao barbarismo de que saíram maiormente porque estão todos voluntariamente contentes e satisfeitos na companhia dos brancos.

E porque na sua rudeza pode haver alguma incapacidade de aceitarem estas condições lhes disse o dito capitão-mor que nomeassem um branco seu amigo e confidente para em seu nome aceitar as ditas condições e prometerem a observância delas, o qual elegeu o capitão

Antônio Álvares Correia, seu condutor a quem buscaram por ser seu conhecido antigo por ter terras adonde é sua habitação e haver nelas tido gados que com o levante da guerra do dito do dito gentio se destruíram o qual [...] assinou este Tratado em seu nome em que também assinou com uma cruz o dito rei Peca um seu irmão por nome o capitão João Pinto Correia. E tudo mandou o dito capitão-mor fazer este assento [...]. Manoel Eusébio da Costa o fiz [...], transladei bem e fielmente do próprio que está lançado no livro segundo dos registros da Secretaria deste governo do Rio Grande a folhas cento e quinze e verso a que me reporto.

Fonte: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 303-304.